



Alan Silveira

**A violenta produção do espaço urbano carioca: as favelas
como manifestação do processo de segregação
socioespacial e os desafios de uma educação para além do
capital**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a.Dr^a.Regina Célia de Mattos

Rio de Janeiro
Abril de 2018



Alan Silveira

**A violenta produção do espaço urbano carioca: as favelas
como manifestação do processo de segregação
socioespacial e os desafios de uma educação para além do
capital**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre ao Programa de Pós-
Graduação em Geografia da PUC-Rio. Aprovada pela
Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Dr^a Regina Célia de Mattos

Orientadora

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Prof.Dr. Álvaro Ferreira

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Prof.Dr. Eduardo Pimentel Menezes

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Prof. Augusto César Pinheiro da Silva

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2018

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e da orientadora.

Alan Silveira

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense em 2011. Concluiu o Curso de Especialização Saberes e Práticas na Educação Básica, com ênfase no Ensino de Geografia, nível de Pós-graduação *Lato sensu*, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro no ano de 2016. Mestre em Geografia pela PUC-Rio na linha de pesquisa Educação Geográfica e Cidadania. Atua como professor de Geografia nas redes municipais de ensino do Rio de Janeiro e de Itaguaí.

Ficha Catalográfica

Silveira, Alan

A violenta produção do espaço urbano carioca : as favelas como manifestação do processo de segregação socioespacial e os desafios de uma educação para além do capital / Alan Silveira ; orientadora: Regina Célia de Mattos. – 2018.

100 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2018.

Inclui bibliografia

1. Geografia – Teses. 2. Produção do espaço. 3. Segregação socioespacial. 4. Favelas. I. Mattos, Regina Célia de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. III. Título.

CDD: 910

Para Bernardo e Liziane, dois lindos
motivos para continuar minha luta.

Agradecimentos

À minha orientadora Regina Célia de Mattos pelo incentivo, paciência e amizade para a realização deste trabalho.

À Capes e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Geografia da PUC-Rio

Aos colegas do grupo LABORES pelas contribuições, sugestões e críticas.

Aos meus pais, Fernando e Vanete, que no decorrer da minha vida proporcionaram as condições materiais e emocionais para que eu prosseguisse nos meus estudos, sempre me incentivando.

Aos meus sogros, Zélia e Wilmar, e a minha cunhada, Anelizi, pelas palavras de incentivo e cuidado com o meu filho.

A minha esposa Liziane, e ao meu filho Bernardo, pelo carinho incondicional e por encherem os meus dias de felicidade e amor, e também por me fazerem acreditar que seria possível chegar nessa etapa final superando os obstáculos.

Resumo

Silveira, Alan; Mattos, Regina Célia de. **A violenta produção do espaço urbano carioca: as favelas como manifestação do processo de segregação socioespacial e os desafios de uma educação para além do capital**. Rio de Janeiro, 2018. 100p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Quando analisamos o cotidiano das favelas percebemos que além da exclusão de parcelas da população existe a sua legitimação por ocupar um espaço considerado “anômalo” à cidade, o que nos leva a interpretá-las enquanto manifestação do processo de segregação socioespacial. Nesta dissertação partimos do princípio de que a segregação é fundamento e condição da violenta urbanização capitalista. A associação da favela com as imagens de “perigo”, de “crime” e de “descontrole”, se perpetua até os dias atuais, criando estereótipos que no caso da capital fluminense comporta aproximadamente um quarto da população. Outra questão relevante é que boa parte dos moradores de favelas introjetam essas representações do seu espaço de vivência, sofrendo a violência simbólica ao não se sentirem pertencentes à cidade, na maioria das vezes reforçada pela escola assim como pela geografia escolar quando aborda a favela como um problema urbano. O preconceito é categoria do pensamento e do comportamento cotidianos que se objetiva nas práticas espaciais, levando aqueles que são o alvo dessas práticas preconceituosas a conviver com a violência simbólica e até mesmo física. Acreditamos que a docência, e de maneira mais específica o ensino de Geografia, possa constituir mediação fundamental para estabelecer a lógica das classes populares a partir de formas espaciais de resistências, como as favelas, dando visibilidade a esses sujeitos, exercendo um papel de contrainternalização da hierarquia social a qual estão submetidos no decorrer de suas trajetórias de vida, ou seja, a partir de um projeto de educação para além do capital.

Palavras-chave

Produção do espaço; segregação socioespacial; favelas.

Abstract

Silveira, Alan; Mattos, Regina Célia de (Advisor). **The violent production of carioca urban space: the favelas as a manifestation of the socio-spatial segregation process and the challenges of an education beyond capital.** Rio de Janeiro, 2018. 100p. MSc. Dissertation – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

When we analyze the daily life of the favelas, we realize that besides the exclusion of plots of the population there is their legitimacy to occupy a space considered anomalous to the city, which leads us to interpret them as a manifestation of the socio-spatial segregation process. In this dissertation we assume that segregation is the foundation and condition of violent capitalist urbanization. The favela association with images of "danger", "crime" and "uncontrolled", perpetuates to the present day, creating stereotypes that in the case of the capital city of Rio de Janeiro comprises approximately a quarter of the population. Another relevant issue is that most favelas dwellers introject these representations of their living space, suffering symbolic violence by not feeling belonging to the city, most often reinforced by the school as well as by the school geography when it approaches the favela as a urban problem. Prejudice is a category of everyday thinking and behavior that is objectified in spatial practices, leading those who are the target of these biased practices to coexist with symbolic and even physical violence. We believe that teaching, and in a more specific way the teaching of Geography, can be fundamental mediation to establish the logic of the popular classes from spatial forms of resistance, such as the favelas, giving visibility to these subjects, playing a counterinternalization role of social hierarchy to which they are submitted in the course of their life trajectories, that is, from an education project beyond capital.

Keywords

Space production; socio-spatial segregation; favelas.

Sumário

1.Introdução	11
1.1. Invisibilidades, cotidiano e violência	14
1.2. A violenta produção do espaço e a estigmatização da favela	17
1.3. Os preconceitos são práticas espaciais	22
1.3.1. O ensino de Geografia no contexto de uma educação para além do capital	26
1.3.2. Em busca de mudanças essenciais	28
2.Produção do espaço e totalidade concreta	29
2.1. A violenta urbanização capitalista	31
2.2. As favelas resistem – sobre a origem e a estigmatização dos espaços das classes populares	40
3.Um mergulho no espaço dos sujeitos segregados	62
3.1. Os desafios de uma educação para além do capital	73
3.2. Compreendendo a segregação a partir das trajetórias de vida	78
3.3. <i>Se for pra não causar eu nem vou</i> : caminhos para construção de uma proposta	89
4.Considerações finais	93
5.Referências Bibliográficas	98

Lista de ilustrações e tabelas

Figura 1 – As explosões de violência subjetiva	33
Figura 2 – Operação conjunta no Complexo do Lins	34
Figura 3 – A ronda da favela	55
Figura 4 - Ataque a helicóptero: reação, fuga e execução	55
Figura 5 – Fabricando demanda por ordem	68
Figura 6 – Fabricando o medo	69
Figura 7 - Menino assiste do Morro da Mangueira a abertura dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro	71
Figura 8 – Operações policiais na Rocinha	73
Mapa 1 – População em favelas por bairro – 2010	41
Mapa 2 - Estradas de ferro – área metropolitana do Rio de Janeiro	48
Mapa 3 - Linhas de carris existentes em 1907 e 1946 na Cidade do Rio de Janeiro	49
Mapa 4 - Distribuição das favelas cariocas (1942)	50
Mapa 5 - Distribuição das favelas cariocas em 1948/1950	51
Mapa 6 - Taxas de aumento da população moradora de favelas (1950/1960)	52
Mapa 7 - Distribuição das favelas na Cidade do Rio de Janeiro em 1960	53
Gráfico 1 – Proporção da população favelada em cada ano segundo as AP – Rio de Janeiro.	57
Tabela 1 - População de favelas por Áreas de Planejamento - Município do Rio de Janeiro -2010	56
Tabela 2 - Estimativa da variação da população moradora em favela e não-favela, por Áreas de Planejamento - Município do Rio de Janeiro - 2000 e 2010	58
Tabela 3 - Dez maiores favelas da cidade - Município do Rio de Janeiro -2010	60

*É um dia de real grandeza, tudo azul
Um mar turquesa à la Istambul enchendo os olhos
Um sol de torrar os miolos
Quando pinta em Copacabana
A caravana do Arará, do Caxangá, da Chatuba
A caravana do Irajá, o comboio da Penha
Não há barreira que retenha esses estranhos
Suburbanos tipo muçulmanos do Jacarezinho
A caminho do Jardim de Alá*

As caravanas – Chico Buarque

Introdução

Nos desdobramentos os quais a presente pesquisa foi ganhando fôlego, pudemos perceber que discutir categorias como produção do espaço, favela, cotidiano e representações estavam relacionadas a uma questão central: a violência. Talvez essa seja uma das coisas mais fascinantes no campo das pesquisas acadêmicas, os caminhos inesperados que podem ser trilhados no decorrer do seu desenvolvimento. Nosso comprometimento está para além da busca do rigor acadêmico, no que diz respeito ao embasamento teórico que sustenta as bases da pesquisa, pois é também político, em virtude da nossa militância por uma *educação para além do Capital* a ser construída no cotidiano das salas de aula, entendendo que esses espaços mesmo sendo disciplinares e *lócus* da reprodução da ordem dominante, através de um currículo oficial por exemplo, podem ser também um espaço de formação crítica e de *contrainternalização* (MÉSZÁROS, 2015). Sobre a violência, questão central que permeia todas as demais, um autor basilar para nosso trabalho é o filósofo e psicanalista esloveno Slavoj Žižek, que em caráter de análise, visando o aprofundamento da questão, faz uma divisão da violência em subjetiva, objetiva/sistêmica e simbólica, enfatizando também o papel da linguagem. Žižek (2016, p.18-19) afirma que:

(...) as violências subjetiva e objetiva não podem ser percebidas do mesmo ponto de vista: a violência subjetiva é experimentada enquanto tal contra o pano de fundo de um grau zero de violência. É percebida como uma perturbação do estado de coisas “normal” e pacífico. Contudo, a violência objetiva é precisamente aquela inerente a esse estado “normal” de coisas. A violência objetiva é uma violência invisível, uma vez que é precisamente ela que sustenta a normalidade do nível zero contra a qual percebemos algo como subjetivamente violento. Assim, a violência sistêmica é de certo modo algo como a célebre “matéria escura” da física, a contrapartida de uma violência subjetiva (demasiado) visível. Pode ser invisível, mas é preciso levá-la em consideração se quisermos elucidar o que parecerá de outra forma “explosões” de violência subjetiva.

Ao destacar o papel da linguagem, o mesmo autor ainda ressalta que:

(...) quando percebemos algo como um ato de violência, sua definição enquanto tal é orientada por um critério que pressupõe o que seria a situação não violenta “normal” – ao passo que a forma mais alta de violência é justamente a imposição desse critério por referência ao qual certas situações passam a ser percebidas como “violentas”. É por isso que a própria linguagem, o meio por excelência da não violência e do reconhecimento mútuo, implica uma violência incondicional (ZIZEK, 2016, p.62).

Nosso interesse no desenvolvimento da presente dissertação é resultado da trajetória do autor enquanto aluno, no passado, e, hoje, docente da rede pública de ensino. A partir da experiência vivida no espaço escolar em diferentes espaços-tempo, assim como das memórias que ressuscitam paisagens pretéritas, acreditamos que na relação professor-aluno, no processo de ensino-aprendizagem, pensar o outro do par dialético é fundamental para a construção e elaboração de novos rumos que nos encaminhem para a transformação social. O que de fato nos sensibiliza para a produção de cada parágrafo deste trabalho são as tragédias sociais e todas as suas formas de violência no espaço vivido. Posto que o espaço é condição, meio e produto para a reprodução das relações sociais de produção (CARLOS, 2015), a violência sistêmica da reprodução do espaço na lógica do capital é aquela à qual acreditamos que o professor de geografia pode desvelar em sala de aula.

Nosso objeto é a segregação socioespacial enquanto condição e produto da urbanização capitalista, e também como manifestação da violência, representada frequentemente pelas favelas como espaços anômalos à cidade, como comumente é entendida em sala de aula, e não como produto desse processo. Como objetivo geral, compreendemos que analisar as favelas e suas representações, dentro do contexto do processo de produção do espaço, seja fundamental para compreendermos a *violenta urbanização capitalista* (SAMPAIO, 2015), que não é contestada, como se fosse um desdobramento natural que apresenta falhas a serem corrigidas, e dentro daquilo que estamos propondo com esta dissertação, baseados

em Zizek (2016), pode ser entendida como a invisível *violência objetiva*, ou seja, *sistêmica*. Nesse sentido acreditamos na possibilidade do ensino de geografia como instrumento para desalienação, na medida em que pode revelar as múltiplas formas de uso e apropriação do espaço.

A questão central desta dissertação indaga a *violência sistêmica* inerente a produção do espaço, que tem na segregação socioespacial seu fundamento, assim como a *violência simbólica* na produção de representações espaciais, tais como o discurso dominante das favelas como espaços anômalos a cidade. Propomos também, como prática docente, enfatizar o importante papel que o professor de geografia na educação básica pode desempenhar em direção a uma *educação para além do capital*, proposta por Mészáros (2015), levando-nos a entender que a sala de aula pode ser, além de um espaço permeado pela *violência simbólica*, um lugar de desvelar o cotidiano, e nesse sentido de *desconstrução da pseudoconcreticidade* (KOSIK, 1961) do discurso dualista favela-cidade.

A presente proposta de dissertação de mestrado está organizada em dois capítulos, denominados “Produção do espaço e totalidade concreta” e “Por outras representações das favelas em sala de aula”, respectivamente. O primeiro capítulo está subdividido em duas partes, as quais estão voltadas para o processo de produção do espaço (CARLOS, 2015), tendo como arcabouço teórico os *desenvolvimentos geográficos desiguais* (HARVEY, 2016), e trazendo a discussão teórica de que a violência é inerente ao processo de urbanização capitalista (SAMPAIO, 2015). Este primeiro capítulo tem como fio condutor a *violência sistêmica* (ZIZEK, 2016), a qual está diretamente associada ao processo de produção do espaço. O segundo capítulo é subdividido em três partes, enfatizando a *violência simbólica* (ZIZEK, 2016), que está diretamente relacionada à linguagem. Neste capítulo os principais interlocutores serão Heller (2016), autora a qual nos utilizaremos de base para tratar a questão dos preconceitos enquanto práticas espaciais, e Mészáros (2015), com sua proposta de uma *educação para além do capital*. Ao final do segundo capítulo pretendemos analisar nosso “trabalho de campo”, nossa experiência docente na rede municipal de educação do Rio de Janeiro.

O método escolhido para o desenvolvimento da dissertação é o materialismo histórico dialético, pois acreditamos que o mesmo nos permite uma leitura dos complexos processos envolvidos na produção do espaço. Nossos principais interlocutores serão Carlos (2015), Sampaio (2015), Mézarós (2015) e Zizek (2016), autores basilares dentre os demais interlocutores para nossa construção teórica. Além da revisão bibliográfica, serão utilizados na presente pesquisa dados secundários, com o uso de tabelas e gráficos quando necessários, contando também com o auxílio de mapas temáticos que permitam uma melhor leitura dos dados pesquisados. Como empiria a prática docente do autor da pesquisa vai ser de grande relevância, posto que os seus alunos, em sua grande maioria moradores de favelas, são os sujeitos da pesquisa e uma importante fonte de dados, devido as suas experiências cotidianas com as diferentes formas de violência.

1.1. Invisibilidades, cotidiano e violência

Refletir sobre o espaço escolar, a partir da tensão entre um espaço disciplinar reprodutor de um currículo legitimado pela ordem dominante, e um espaço de formação crítica, enquanto possibilidade de uma educação para além do capital, é um ponto de partida importante para a construção de possibilidades subversivas. Nesse sentido vamos discutir o papel do ensino de geografia como um importante instrumento para a desconstrução da *pseudoconcreticidade*, elucidando as distintas formas de violência que permeiam o cotidiano dos alunos, e por essa razão as representações vão ser aqui destacadas, posto que representam estereótipos e legitimam a eliminação das classes subalternas, como, por exemplo, os jovens moradores de favelas. Um procedimento fundamental é fazer aquilo que Kosik (1961) denomina de *detour*, ou seja, um desvio, para além do mundo da *pseudoconcreticidade*, aquele no qual os fenômenos se manifestam como se fossem algo já dado, em busca da essência que está por detrás dos mesmos. Porém, como Kosik reforça na sua obra *Dialética do concreto* (1961), não se pode interpretar os fenômenos manifestados como fato

isolados, e sim a partir da totalidade. Por essa razão elucidar a *violência sistêmica* que com tamanha brutalidade engendra trajetórias de desgraça é fundamental para compreensão da totalidade concreta.

Quando nos deparamos em nosso cotidiano com os atos de violência os quais a imprensa dissemina incessantemente, fabricando o medo e reforçando estereótipos, é de grande valia ressaltar que tais fenômenos precisam ser compreendidos a partir da totalidade concreta. De acordo com Zizek (2016) essa dimensão da violência a qual conseguimos perceber de imediato, identificando os sujeitos envolvidos, é a subjetiva. É a partir dessa dimensão da violência, analisada de maneira isolada e de maneira dissociada da totalidade, que as demandas por ordem são estabelecidas, nesse sentido a *violência sistêmica*, não perceptiva e tomada como *grau zero de violência*, é legitimada.

A *violência objetiva/sistêmica* é naturalizada no cotidiano de alunos e professores, e apenas quando as contradições engendradas por ela se tornam perceptivas e explodem¹ causam perplexidade e a disseminação de discursos que reproduzem ainda mais violência. Porém todas as formas de violência, tomadas como *grau zero de violência*, que são incorporadas todos os dias pelos sujeitos, principalmente das classes populares, ganharão em nossa dissertação o destaque necessário, assim como a *violência simbólica* sofrida por eles. Acreditamos que o ensino de geografia pode ser uma importante ferramenta para elucidação do cotidiano, ou seja, para contestação desse *grau zero de violência*, que começa desde o início do deslocamento de grande parte dos alunos moradores de favela até chegar na escola, durante o período que permanecem no espaço escolar e no regresso as suas casas, assim como nos tempos “livres”. Mas que sujeitos são esses? São aqueles que em dias comuns descem muitos degraus de uma íngreme escadaria, passando por homens fortemente armados e alguém anunciando, como se fosse uma feira comum, os diferentes tipos de pó, e após chegar na entrada da favela, muitas vezes se deparam com os representantes do Estado também fortemente armados

¹ Como podemos perceber com a Intervenção Federal no Rio de Janeiro no ano corrente, na qual a partir da integração das Forças Armadas com as Polícias (Federal, Militar e Civil) procura-se a partir da militarização dar uma resposta rápida e ilusória para a questão da criminalidade urbana.

que revistam grande parte daqueles que entram e saem, daquele espaço no qual todos são vistos como suspeitos. Chegando no ponto de ônibus, sempre com bastante antecedência quando não querem chegar atrasados, por vezes aguardam muito tempo até que o primeiro ônibus pare para que eles possam entrar. De maneira muito desconfortável, sendo sacolejados e “pingando” de calor, junto a classe trabalhadora, fazem o percurso até o ponto no qual devem saltar. Em frente à escola aguardam o sinal soar para que os portões sejam abertos, e lá se deparam com um espaço disciplinar, passando horas do seu dia nesse espaço fortemente controlado, e que desconsidera toda a sua trajetória, pois quando não é invisibilizada, é tratada como bárbara, ou não civilizada. Paredes e carteiras velhas riscadas, banheiros em estados precários, quadras poliesportivas sem reparos e traves enferrujadas sem rede. Para alguns ao menos a merenda é boa...como quando certa vez um diretor perguntou a um grupo de alunos do que eles mais gostavam da escola, e a resposta foi dada de maneira firme e direta: - da merenda. Por vezes esses sujeitos ainda são culpabilizados pelo estado precário do espaço escolar, com discursos do tipo “vocês não cuidam da escola”. No regresso para casa, todo o percurso cansativo é refeito, contemplando outras tantas situações de desconforto e constrangimento, isso quando o trajeto de retorno não acaba sendo retardado por uma operação policial ou conflito entre facções rivais. É sobre a elucidação dessa violência sistêmica, não questionada, que acreditamos no papel da geografia como importante ferramenta.

No sentido de utilizar o espaço escolar, em especial a sala de aula, como um lugar para reflexão e contestação, ou seja, para desconstruir representações que geram estereótipos, e caminhar rumo a suspensão de preconceitos, destacamos aqui o problema da *violência simbólica* e da linguagem. Assim como a *violência objetiva*, a *violência simbólica* também é tomada como um *já dado*, e a sua discussão é fundamental, pois a linguagem ao ser “infectada” pela violência (ZIZEK, 2016), vai ser reprodutora de preconceitos. Porém quando nos referimos a preconceito é importante ressaltar que ele é categoria do pensamento e do comportamento cotidianos (HELLER, 2016, p.69), sendo materializado nas práticas espaciais. Quando nos referimos a *violência simbólica*, linguagem,

representações e preconceitos, tais conceitos são articulados e compreendidos de maneira integrada na presente pesquisa, para que partindo dos mesmos possamos caminhar rumo a desconstrução da *pseudoconcreticidade* (KOSIK, 1961).

No presente trabalho as representações sobre a favela, enquanto estereótipos disseminados pela imprensa desde o início do século XX, associada com as imagens de “perigo”, de “crime” de “descontrole” (ABREU, 2014), constituem importante ponto de partida, e aqui serão tratadas como representações que matam, fazendo referência aquele ser matável discutido por Agamben (2014), posto que percebemos uma grande semelhança do *Homo Sacer* com os moradores de favela, incluídos e reconhecidos na sociedade a partir da sua exclusão. Lefebvre (1981, p.96) afirma que não é possível viver sem as representações, que é necessário, ao mesmo tempo, termos um posicionamento crítico, esboçando um movimento dialético, pois segundo o autor, algumas representações impedem a visão e o horizonte, por essa razão acreditamos que é necessário desconstruir as representações existentes sobre as favelas, entendendo que essas são produto de uma violência simbólica, rumo a outras representações. É importante destacar que desconstruir as representações das favelas não é ignorar todas as dificuldades e situações de violência a qual seus moradores são submetidos, por essa razão:

(...) a obrigação não consiste em mentir, em falsificar ou ignorar fatos, a pretexto da invocação de uma verdade política superior, mas – e trata-se de algo muito mais difícil de fazer – de mudarmos a nossa posição subjetiva de tal modo que dizermos a verdade factual não implique a mentira na posição subjetiva da enunciação (ZIZEK, 2016, p.87).

1.2. A violenta produção do espaço e a estigmatização da favela

No primeiro capítulo desta dissertação vamos abordar a *violência sistêmica* do processo de urbanização capitalista, entendendo que a

produção do espaço na lógica do capital precisa ser elucidada para que a segregação socioespacial possa ser compreendida como um produto, e não como uma falha a ser reparada. Por essa razão, de acordo com Sampaio (2015, p.59):

A segregação socioespacial aparece a nós, portanto, na sua dimensão radical: como condição e fundamento da realização da propriedade privada da terra e da urbanização capitalista; como manifestação e resultado da violência que é própria ao processo de urbanização capitalista, que, ao não abdicar da lógica da propriedade privada capitalista como seu fundamento, repõe a expropriação e a separação como seus resultados dramáticos (SAMPAIO, 2015, p.59).

Carlos (2015) afirma que no capitalismo o espaço assume condição de mercadoria, ou seja, “a lógica do capital fez com que o uso (acesso necessário à realização da vida) fosse redefinido pelo valor de troca e, com isso, passasse a determinar os contornos e sentidos da apropriação do espaço, pelos membros desta sociedade”, pois:

(...) a propriedade privada invade a vida de forma definitiva, redefinindo o lugar de cada um no espaço, encerrando numa prática sócio-espacial limitada pela norma como forma legítima de garantir os acessos diferenciados aos bens produzidos (CARLOS, 2015, p.65).

Entender a cidade como um negócio contribui para a nossa reflexão sobre a produção do espaço a partir da propriedade privada no capitalismo, que submete o valor de uso ao valor de troca, pois cada fração do espaço urbano fragmentado vai ser vendida, ou seja, o espaço torna-se uma mercadoria na qual as diferentes parcelas do espaço terão o uso por diferentes classes sociais. Nesse sentido entendemos a propriedade privada como uma *violência sistêmica*. A respeito da valorização do solo urbano, que está relacionada à fragmentação do espaço urbano, chegamos à conclusão de que:

(...) o processo de formação do preço do solo urbano é uma manifestação do valor das parcelas do espaço, também influenciado pelos processos cíclicos de conjuntura nacional (que incluem a forma de manifestação de processos econômicos

mundiais), e também aspectos políticos e sociais de determinado lugar. Esses fatores vinculam-se ao processo de urbanização, que, ao se efetivar, redefine a divisão espacial, e com isso o valor das parcelas do espaço urbano. Esse valor será determinado em função do conjunto ao qual pertence, e é nessa relação entre o todo e a parte (a localização do terreno na cidade) que ocorre o processo de valorização real ou potencial de cada parcela do espaço (CARLOS, 2015, p.116).

Nesse aspecto reafirmamos a importância da busca pela compreensão da totalidade, ou seja, o cotidiano, no movimento de acumulação do capital. Porém é importante ressaltar que entender a cidade como um negócio não é legítimo, ou mesmo aceitar passivamente, aquilo que nos está posto, mas é um ponto de partida para avançarmos para além da *pseudoconcreticidade*, e podermos vislumbrar uma outra cidade, aquilo que Lefebvre (2016) denomina como o *direito à cidade*. Retomando o caso específico das favelas, um primeiro ponto importante a ser considerado é que não constituem espaços anômalos, ou problemas urbanos, tal como o discurso hegemônico reproduz, mas sim constituintes do próprio processo de formação da cidade. Abreu (2014) traz importantes contribuições sobre a geografia histórica da Cidade do Rio de Janeiro, e de maneira específica aborda a formação das primeiras favelas cariocas, destacando que:

Até 1930, a favela existe de facto mas não de jure. Está, portanto, presente no tecido urbano, mas ausente das estatísticas e dos mapas da cidade; não é individualizada pelos recenseamentos. É considerada como uma solução habitacional provisória pela qual não faz sentido descrevê-la, estudá-la, mesurá-la. Para os poderes públicos as favelas simplesmente não existiam (ABREU, 2014, p.422-423).

A afirmação do autor é importante para percebermos que as favelas em um primeiro momento são simplesmente ignoradas, como se não existissem, algo que posteriormente, já na década de 1940, começa a mudar quando o governo municipal inicia uma série de levantamentos sobre as favelas e seus moradores, com o intuito de cadastrá-los com o objetivo de transferi-los das áreas mais valorizadas para parques proletários a serem construídos pelo governo (ABREU, 2014). É válido ressaltar que da ausência, as favelas ganham visibilidade e a representação de um problema urbano a ser solucionado. Além dessa representação, várias

outras são adicionadas a esses espaços, como lugar do “perigo”, “crime” e “descontrole”, o que faz com que esses estereótipos, disseminados principalmente pelos veículos de comunicação, sejam interiorizados pela população, e reproduzam os preconceitos aos quais grande parcela da população que mora em favelas está sujeita até os dias atuais (quase oitenta anos depois...).

Uma importante questão que gostaríamos de destacar neste momento é a estigmatização de determinadas parcelas do espaço urbano, principalmente aquelas mais pobres, como por exemplo as favelas. De maneira agregada a essa estimatização do espaço, outro aspecto cotidiano de grande relevância para a nossa discussão é a criminalização da pobreza. É válido ressaltar que essa estigmatização das parcelas mais pobres do espaço urbano faz parte de uma construção social, envolvendo todo um aparato de poder controlado e aliado aos interesses dos grupos dominantes. Nesse sentido “Os grupos dominantes, historicamente, produziram o inusitado: a *estigmatização do espaço* apropriado pelas classes trabalhadoras” (CAMPOS, 2010, p.63), acrescentando ainda o autor:

(...) o controle exercido pelos grupos dominantes se reflete, de forma incontestável, no cotidiano daqueles que são considerados subalternos na sociedade. O sistema escolar, a cultura, a ideologia e outros elementos são os meios que a literatura registra para se efetuar o domínio (CAMPOS, 2010, p.64).

Sobre essa questão do controle exercido pelos grupos dominantes, consideramos ser de grande valia analisar de que maneira ela afeta o cotidiano dos grupos considerados subalternos. Um dos pontos destacado por Campos (2010) é restabelecer a lógica das classes populares a partir de formas espaciais de resistências, como as favelas, ao poder constituído. Porém, para que de fato possamos caminhar nessa direção, mais uma vez afirmo a importância da militância do professor e do ensino de geografia em elucidar os fenômenos sociais e dar visibilidade a esses sujeitos, exercendo um papel de contrainternalização da hierarquia social (MÉSZÁROS, 2015) a qual esses sujeitos são submetidos no decorrer de

suas trajetórias de vida. Outro aspecto relevante elencado por Campos (2010) é a criminalização da pobreza, quando esses indivíduos que vivem na marginalidade são tratados como caso de polícia, ou seja, na perspectiva dos grupos dominantes como uma anomalia a ser combatida. É de grande valia ressaltar que aqueles sujeitos tidos como os mais violentos, na percepção das classes dominantes, são na verdade os grupos mais expostos à violência.

Ainda a respeito da estigmatização das parcelas mais pobres do solo urbano, Campos (2010) afirma que “o Estado, associado aos interesses das classes dominantes e acionando seu aparelho de repressão, definiu os diversos usos do solo urbano excluindo parcelas significativas da população” (CAMPOS, 2010, p.77). Quando analisamos o cotidiano das favelas, percebemos que além da exclusão de parcelas significativas da população existe a legitimação de sua eliminação, executada por conta da cor e por ocupar um espaço considerado anômalo à cidade².

Quando nos deparamos com a realidade de grande parte dos alunos da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, podemos observar o quanto o seu cotidiano é, na maioria das vezes, desconsiderado, fazendo com que haja um constante distanciamento entre aquilo que é ensinado da sua realidade, e também do seu interesse. Acreditamos que o professor de geografia pode ser de grande valia para que o espaço cotidiano desses alunos possa ser trabalhado e problematizado, para que eles venham a ter um papel ativo, por ser uma ferramenta para a formação de uma consciência de classe das camadas populares da sociedade. É fato que o magistério para aqueles que estão comprometidos com uma educação para além do capital é um árduo trabalho e de muitas frustrações. Nos próximos parágrafos vamos retomar esta questão ao abordar a suspensão dos preconceitos.

² De acordo com o Atlas da Violência 2017 a população negra, jovem e de baixa escolaridade continua totalizando a maior parte das vítimas de homicídios no país. Atualmente, de cada 100 pessoas assassinadas no país, 71 são negras. Outro dado relevante do Atlas é de que os negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outros grupos, já descontado o efeito da idade, escolaridade, do sexo, estado civil e bairro de residência.

1.3. Os preconceitos são práticas espaciais

No segundo capítulo vamos abordar a *violência simbólica*, presente na linguagem, e a assimilação de preconceitos, aqui entendidos como práticas espaciais, na qual a escola exerce papel ideológico na internalização das hierarquias sociais. Porém, como já foi destacado em parágrafo anterior, vamos discutir as possibilidades da sala de aula como um espaço de crítica e de contrainternalização das hierarquias sociais, e do ensino de geografia como instrumento para elucidação do cotidiano, enfatizando a importância do professor de geografia na desconstrução de estereótipos e preconceitos. Neste capítulo vamos abordar a importância de se construir outras representações sobre as favelas, para que de fato a produção do espaço seja compreendida a partir da sua totalidade, na qual a segregação socioespacial é produto da violenta urbanização capitalista. É importante ressaltar o papel das representações, pois os estereótipos e preconceitos em relação às favelas são difundidos a partir da divulgação de problemas do seu cotidiano, ou seja, como mentiras sob a forma de verdade, pois “ainda que aquilo seja factualmente verdadeiro, os motivos de dizê-lo são falsos” (ZIZEK, 2016, p.87).

Uma questão relacionada com a estigmatização do espaço, a qual foi abordada nos parágrafos anteriores, é a reprodução de preconceitos em relação às populações que ocupam determinados espaços da cidade, sujeitos esses que são *invisibilizados*, por exemplo, nos conteúdos da educação formal, e que tem o seu cotidiano marcado por todos os tipos de constrangimentos e imposição de limites (sejam eles físicos ou simbólicos). É importante destacar que aquela parcela da população estigmatizada como “perigosa”, ou como sinônimo de violência, é aquela que está mais sujeita à violência, tanto no corpo, quanto em seu sentido mais simbólico. Como já foi destacado anteriormente, Heller (2016, p.69) afirma que o preconceito é categoria do pensamento e do comportamento cotidianos, portanto ele é materializado nas práticas espaciais, levando aqueles que são o alvo dessas práticas preconceituosas a conviver na sua rotina cotidiana com a violência simbólica e, em muitos casos, até mesmo física. É de grande relevância ressaltar essa materialização dos preconceitos nas

práticas espaciais, pois estas “constroem a sociedade geograficamente e criam a dialética de recíproca determinação em que a sociedade faz o espaço ao tempo que o espaço faz a sociedade” (SANTOS, 1978 apud MOREIRA, 2010, p.81). Nesse sentido se a “construção geográfica de uma sociedade é o resultado das práticas espaciais” (MOREIRA, 2010, p.81), e as mesmas estão impregnadas de preconceitos, podemos perceber que as *ultrageneralizações*, são parte da própria construção geográfica da nossa sociedade. De acordo com Heller (2016), essa *ultrageneralização* é uma característica de nosso pensamento e comportamento cotidianos, e segundo a autora chegamos até ela de duas maneiras:

(...) por um lado, assumimos estereótipos, analogias e esquemas já elaborados; por outro, eles nos são “impingidos” pelo meio que crescemos e pode-se passar muito tempo até percebermos com atitude crítica esses esquemas recebidos, se é que chega a produzir-se uma tal atitude, isso depende da época e do indivíduo (HELLER, 2016, p.70).

Podemos afirmar que o ser humano já nasce inserido em sua cotidianidade e dela participa com todos os aspectos da sua particularidade, mas é importante frisar que os preconceitos também fazem parte do cotidiano, e são assimilados junto com as relações sociais. A partir da compreensão de que os preconceitos são fruto da ultrageneralização, é importante destacar a importância da atitude crítica para que os preconceitos sejam reconhecidos, mas que essa atitude depende da época e do indivíduo, havendo momentos nos quais imperam um maior conformismo, e momentos de um maior questionamento. É válido ressaltar o papel de um professor de geografia comprometido com a subversão da ordem dominante nessa questão da suspensão dos preconceitos, que requer como ponto de partida uma atitude crítica em relação às ultrageneralizações.

Agnes Heller (2016) faz ainda uma importante observação sobre a assimilação das ultrageneralizações:

Na maioria das vezes, embora decerto nem sempre, o homem costuma orientar-se num complexo social dado através das normas, dos estereótipos (e, portanto, das ultrageneralizações), de sua integração primária (sua classe, camada, nação). No

maior número de casos, é precisamente a assimilação dessas normas que lhe garante o êxito. Essa é a raiz do conformismo. (HELLER, 2016, p.73).

Podemos compreender que a assimilação das normas, assim como dos estereótipos, garante, na maioria das vezes, o êxito do homem na sociedade, servindo como um entrave para uma atitude crítica, e por essa razão Heller (2016) elege essa questão como a raiz do conformismo. A conscientização das classes populares, como por exemplo, dos moradores de favelas é um importante meio para que os estereótipos possam ser questionados e de fato seja possível trilhar outras possibilidades de sociedade, posto que os grupos dominantes estão assentados na manutenção da ordem (tanto através das normas, quanto dos estereótipos).

De fato, é muito triste vivenciar uma época na qual parecem emergir ultraconservadorismos com tanto apoio das camadas populares, realmente atestando que a vida cotidiana é um espaço modelo, pelo Estado e pelas forças capitalistas, para erigir o homem em robô (CARVALHO, 2012). Fazendo uma análise na perspectiva dos grupos dominados, é possível perceber que os estereótipos de si mesmos são internalizados, legitimando nas suas subjetividades a posição subalterna, e que se não houver um questionamento, ou posicionamento crítico, essas relações de dominação tendem a se perpetuar e a cada dia se fortalecerem. Quando nos referimos a esses grupos que internalizam os estereótipos de si mesmos, podemos utilizar como exemplo grande parte dos alunos da rede municipal do Rio de Janeiro, os quais moram em distintas favelas e já experimentam no seu cotidiano a exclusão e a violência estrutural do Estado, e que carregam todos os estereótipos dos seus espaços de vivência. Esses sujeitos moradores desses espaços considerados anômalos pela ordem dominante, na maioria das vezes, não se sentem parte da cidade dita “formal”, e quando chegam à escola continuam a ser invisibilizados.

De acordo com Heller (2016), temos sempre uma fixação afetiva no preconceito, e por essa razão afirma que:

(...) era ilusória a esperança dos iluministas de que o preconceito pudesse ser eliminado à luz da esfera da razão. Dois diferentes afetos podem nos ligar a uma opinião, visão ou convicção: a fé e a confiança. O afeto do preconceito é a fé (HELLER, 2016, p.74).

Quando a autora ressalta a fé como o afeto do preconceito, parece um pouco confuso, mas basta pensar que a fé é baseada em uma crença que se sustenta por si só, dispensando qualquer explicação elucidativa. De maneira simplória: ou se tem fé, ou não; ou como um bom cristão afirmaria, a partir da Bíblia Sagrada, “a fé é o firme fundamento das coisas que se esperam, e a prova das coisas que não se vêem”, logo dispensa toda racionalidade. O grande problema dessa fixação afetiva no preconceito é que se não houver uma atitude de questionamento dos mesmos eles vão se naturalizando na sociedade, sendo internalizado pelos distintos sujeitos, ficando sustentados por si só, assim como a fé. Com essa análise Heller (2016) expõe a delicadeza quando buscamos compreender a questão dos preconceitos e a dificuldade de superá-los.

Apesar de destacarmos a vida cotidiana como um ponto de partida para a compreensão da totalidade concreta, é importante ressaltarmos os seguintes aspectos:

A vida cotidiana caracteriza-se pela unidade imediata de pensamento e ação. Mas devemos acrescentar a essa caracterização que o pensamento cotidiano não é jamais teoria, assim como a atividade cotidiana nunca é práxis. Na teoria e na práxis, dominam finalidades e conteúdos que representam o humano-genérico e produzem novidades em seu estado. (HELLER, 2016, p.71-72).

É de grande valia enfatizar a importância da teoria e da práxis, pois é através delas que é possível vislumbrar transformações em virtude de nelas dominarem finalidades e conteúdos que possam alcançar o humano-genérico, a partir da suspensão do cotidiano. Por isso a conscientização a partir do ensino de geografia na educação básica, um período significativo de formação do sujeito, pode contribuir para que novos rumos sejam trilhados em direção ao ser genérico.

1.3.1. O ensino de Geografia no contexto de uma educação para além do capital

De acordo com o que já foi discutido anteriormente, é importante pensar o espaço escolar sempre em sua relação de tensão, enquanto espaço disciplinar, legitimando a ordem dominante, e a possibilidade de ser um espaço crítico e de subversão. No caso da geografia escolar, a análise do espaço deve estar voltada para o seu processo de reprodução, para que assim se consiga captar o movimento que constitui a totalidade concreta. Moreira (2010, p.63) ressalta a importância do arranjo espacial para a compreensão da reprodução social, pois afirma que:

(...) o arranjo espacial é a própria estrutura da totalidade social, e como na base dessa estrutura está a natureza do processo de reprodução social, é no conhecimento das leis que regem esse processo de reprodução que deve se apoiar a análise do espaço.

A importância do ensino de geografia está associada ao papel que o espaço adquire no processo de acumulação do capital, pois compreender como o espaço é apropriado e se reproduz é fundamental para a desalienação, em razão de que:

No modo de produção capitalista, tipo de sociedade que vivemos, os objetos espaciais são meios de produção e reprodução do capital, ou seja, veículos por meio dos quais a força de trabalho operária, produzindo a mercadoria, produz mais-valia e sua incorporação ampliada ao capital. Dessa maneira, seu controle, significa o próprio controle da reprodução da sociedade capitalista como um todo e o seu uso, a garantia de que servirão à reprodução do capital (MOREIRA, 2010, p.68).

Nesse sentido, questionar na própria sala de aula o papel disciplinar que a escola desempenha é uma questão importante para se pensar em outro tipo de educação, que não esteja voltada para a manutenção do *status quo*. Mészáros (2015) afirma que a educação pode ser compreendida como a internalização das hierarquias sociais:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir

um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (MÉSZÁROS, 2015, p.35).

Acreditamos que o grande desafio posto ao professor de geografia cuja prática de ensino esteja pautada em um projeto de educação para além do capital, seja ultrapassar apenas a negação daquilo que está posto como algo já dado, ou seja, a *pseudoconcreticidade*, para a construção de alternativas concretas de transição para uma outra sociedade, logo, de um outro modo de produção do espaço. Por essa razão, podemos enfatizar que:

Necessitamos, então, urgentemente, de uma atividade de “contrainternalização”, coerente e sustentada, que não se esgote na negação – não importando quão necessário isso seja como uma fase de empreendimento – e que defina seus objetivos fundamentais, como a criação de uma alternativa abrangente concretamente sustentável ao que já existe (MÉSZÁROS, 2015, p.56).

Ao final do segundo capítulo será feito uma análise dos espaços segregados a partir da trajetória de vida dos seus sujeitos, sendo os relatos coletados a partir da experiência docente do autor da presente dissertação na rede municipal do Rio de Janeiro, que permitiu o contato com os sujeitos da pesquisa. Procurar trabalhar linguagens que não apresentem a violência simbólica que invisibiliza os sujeitos é um pressuposto para que possamos caminhar em direção a desconstrução da *pseudoconcreticidade*. A experiência docente amparada pelo embasamento teórico, principalmente a partir da proposta de uma educação para além do capital de Mézáros (2015) se constitui um aspecto importante para que possa construir uma proposta que venha servir como uma ferramenta importante para a transformação social. Porém, é válido ressaltar que esse momento de desconstrução deve ser uma importante etapa para que vozes antes silenciadas possam ser ouvidas, e que os sujeitos discentes da pesquisa,

além de ganhar visibilidade, descubram que podem desempenhar um papel ativo e de resistência na sociedade.

1.3.2. Em busca de mudanças essenciais

Uma das premissas para o desdobramento desta pesquisa é que não se pode analisar, interpretar uma *geografia das cidades* sem uma *geografia das favelas*, pois não são dissociadas, fazem parte de um único movimento, um processo de produção do espaço urbano que reproduz as desigualdades, pois o mesmo se desdobra a partir de uma lógica de acumulação do capital. É válido ressaltar que um dos aspectos mais relevantes desta dissertação, é destacar que o processo de produção do espaço, de *desenvolvimentos geográficos desiguais* (HARVEY, 2016), é ocultado pelo currículo oficial, fazendo com que os alunos moradores de favelas não se vejam em sala de aula, o que contribui para legitimar a reificação das relações sociais, no contexto de uma cidade-mercadoria à qual produzimos e vivemos. Acreditamos que em sala de aula, o professor de geografia pode desempenhar um importante papel de desconstruir o imaginário da favela como um problema urbano, e construir com os alunos uma perspectiva de que eles são também indivíduos construtores da cidade, superando a *pseudoconcreticidade*, e que podem lutar por uma outra cidade na qual outras relações produzam o espaço para além da lógica do Capital. Neste sentido concordamos com Mészáros (2015), quando esse autor afirma que para além de mudanças formais, são necessárias mudanças essenciais

Produção do espaço e totalidade concreta

O desafio posto a todos aqueles que desejam entender o espaço que vivem é interpretar o mundo para além dos seus aspectos fenomênicos daquilo que é imediatamente perceptível (FRIGOTO, 2014). Por essa razão é de grande valia buscar uma interpretação dos processos de produção do espaço em uma perspectiva reveladora da totalidade concreta. Nesse sentido acreditamos ser fundamental destacar é definir totalidade, que de acordo com Kosik (1969, p.41) significa a “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido”. Tão fundamental quanto é o pensamento dialético, que busca compreender a realidade é um procedimento que “procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade” (KOSIK, 1969, p.41). *Totalidade* e o pensamento *dialético* são basilares para o desenvolvimento metodológico deste trabalho.

Quando nos propomos, por exemplo, a pensar no caso das favelas cariocas e nos deparamos com os discursos hegemônicos, como por exemplo a definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como aglomerado urbano subnormal, ou mesmo do Instituto Pereira Passos (IPP) que divide as favelas em comunidades urbanizáveis e não-urbanizáveis, percebemos que são tratadas como se fossem espaço anômalos, ou problemas urbanos a serem solucionados, seja com a remoção ou com projetos de urbanização desenvolvidos sob uma ótica burguesa modernizadora. A questão é que as favelas estão presentes em nosso cotidiano e em processo de expansão, e se nos limitarmos a ver apenas a manifestação desses fenômenos continuaremos presos a *pseudoconcreticidade* a qual assinala Kosik (1969). É fundamental buscarmos aquilo que está “por detrás” da manifestação desses fenômenos, e nesse sentido, quando o interesse é fazer um estudo sobre as favelas, é preciso compreender a produção do espaço urbano.

Como já foi destacado na primeira parte do presente trabalho, a partir do momento que o espaço assume condição de mercadoria, o valor de uso passa a ficar subordinado ao valor de troca, determinando dessa maneira os contornos e sentidos de apropriação do espaço (CARLOS, 2015). Por essa razão, o uso entendido aqui como acesso necessário à realização da vida, é apropriado pela lógica do capital, constituindo a lógica dos desenvolvimentos geográficos desiguais (HARVEY, 2016). Nesse sentido, para entendermos a totalidade concreta faz-se necessário um esforço de compreendermos a produção do espaço.

De acordo com Carlos (2015) a produção, a partir de uma ótica espacial, não apresenta apenas um viés de objetividade, ou seja, na produção do espaço como materialidade, mas expande-se para as relações sociais, e na sua totalidade deve ser entendida como objetividade, mas também como subjetivação, como linguagem e representação do mundo da mercadoria. Nesse sentido a autora afirma que:

Do ponto de vista espacial, produção é condição da realização do processo produtivo, unindo os atos de distribuição, troca e consumo de mercadorias (quando o espaço se produz como materialidade, na infraestrutura viária, por exemplo), mas também rede de água, luz, esgoto etc. Todavia, ao expandir-se diz respeito à constituição de lugares mais amplos de produção de relações sociais, de uma cultura, de uma ideologia, de um conhecimento. A prática sócio-espacial em sua totalidade aponta uma objetividade, mas, por outro lado, a noção de produção contempla também o processo de subjetivação, ou seja, a produção do mundo da mercadoria com sua linguagem e representação (CARLOS, 2015, p.49).

O processo de produção do espaço realiza-se então como alienação, posto que se concretiza a partir da separação uso-troca, efetivada no cotidiano, não como capacidade criadora, mas como representação, que vai estar assentada nos valores de uso mediados, ou subordinados, a partir de valores de troca, ou seja, do espaço como mercadoria. Para melhor esclarecer essa questão, vamos nos utilizar de Carlos (2015, p.50), ressaltando que:

A produção do espaço se realiza como alienação, uma vez que a produção do mundo como obra humana representa a unidade sujeito/objeto que se realiza na separação uso-troca. A relação

uso-troca substitui a capacidade criadora por uma representação, que é real e que tem no cotidiano seu lugar de efetivação. Desse modo, a criação da consciência no plano da práxis apoia-se na determinação dos valores de uso que sofrem a mediação da mercadoria e suas representações. Isto é, o processo envolve momentos de apropriação e de uso do espaço real como forma de percepção e como representação.

2.1. A violenta urbanização capitalista

No decorrer do desenvolvimento da presente pesquisa percebemos que a violência, nas suas mais diversas formas e sentidos, foi ganhando um papel de centralidade. Como destacamos anteriormente, é preciso fazer um exercício de interpretação do mundo para além daquilo que é imediatamente perceptível, nesse sentido é necessário ir além das manifestações da violência às quais nos deparamos em nosso cotidiano, a qual Zizek (2016) define como *violência subjetiva*, em direção a violenta produção do espaço, ou seja, compreender a *violência sistêmica*. Por essa razão, nos utilizaremos do suporte teórico-metodológico proposto por Sampaio (2015, p.56), o qual propõe uma inversão: ao invés da reflexão sobre os sentidos e os conteúdos daquilo que se compreende como violência urbana, considerar como objeto de sua reflexão teórica o processo de urbanização capitalista como um processo essencialmente violento. Dessa maneira, partimos do pressuposto de que “o processo de urbanização capitalista é, em essência, um processo fundamentado, entre outras coisas, pela violência” (SAMPAIO, 2015, p.57). É de grande importância destacar que fazer a inversão, tal como proposto por Sampaio, passando da violência urbana para analisar a urbanização capitalista como um processo violento, é um exercício fundamental para a compreensão da totalidade concreta.

Acreditamos que a propriedade privada, assim como a ação do Estado, são formas de *violência sistêmica* associadas ao processo de urbanização capitalista, por essa razão vamos aqui nos encaminhar em direção a desconstrução da pseudoconcreticidade, posto que em nosso cotidiano nos atemos apenas a manifestação da violência urbana, que de fato deixa lamentáveis marcas, porém não revela a essência dos fenômenos. Nesse sentido, embasados em Sampaio (2015, p.57),

podemos afirmar que a instituição da propriedade privada, enquanto fundamento do violento processo de urbanização capitalista, realiza um dos sentidos de sua violência, e que o planejamento urbano estatal diretamente relacionado com a produção do espaço urbano e com a reprodução das relações de troca vai repor “ao nível da vida cotidiana e por meio do processo de urbanização, o sentido da violência que fundamenta a sociabilidade capitalista”.

Fazer o exercício de passar da criminalidade urbana para a *violenta urbanização capitalista*, ou seja, passar da *violência subjetiva*, aquela que de imediato percebemos, para a *violência sistêmica*, é um processo que requer um aprofundamento teórico sobre a produção do espaço da cidade. Como já foi discutido anteriormente nessa dissertação, a *violência objetiva/sistêmica* é aquela que constitui o que podemos entender como o estado normal das coisas, logo acaba não sendo questionada, por essa razão Zizek (2016) a chama de invisível. Quando se toma como legítima e natural a ação estatal, como pode ficar bem claro, por exemplo, através do urbanismo, e a propriedade privada do solo urbano, mais uma vez se deixa de discutir a violência intrínseca do próprio processo de urbanização capitalista, por essa razão para que a violência sistêmica saia da invisibilidade se requer um esforço teórico. Quando Zizek (2016) chama a violência sistêmica de invisível o autor se refere a naturalização do estado das coisas, aquilo que não é questionado, onde podemos fazer uma correlação com a *pseudoconcreticidade* (KOSIK, 1969). Porém são nas *explosões de violência subjetiva* que as contradições desse estado natural das coisas se manifestam e podem ser percebidas.

Nas figuras 1 e 2 temos um exemplo dessa manifestação das explosões de *violência subjetiva*, pois a ação de controle do estado a partir do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), uma polícia que atua como uma lógica de guerra, ou seja, de aniquilação do inimigo, aplica a pena de morte com o aval da sociedade, e sua ação é vista como uma ferramenta de garantir e restabelecer o estado normal das coisas, ou como Zizek (2016) chama de grau zero de violência. Um dos objetivos é exatamente discutir esse pano de fundo da violência percebida, como a produção capitalista do espaço, que fatia a cidade em pedaços, sujeitando

o valor de uso ao valor de troca, produzindo uma massa de excluídos. Nesse sentido é de fundamental importância compreender que a violência da ação do Estado tem como objetivo fazer a manutenção dessa violência sistêmica, ou seja, da propriedade privada, que exclui, do processo de gentrificação, que expulsa os pobres, e da urbanização capitalista, que segrega, nem que para isso seja necessário mandar sujeitos invisíveis e segregados para a cova³.

Fig.1 - As explosões de *violência subjetiva*



Fonte: <http://anovademocracia.com.br/no-59/2505-a-senha-para-o-banho-de-sangue-qolimpicoq-no-rio-> (acessado em 07/06/2017)

³ O número de mortos pelas polícias no Estado do Rio de Janeiro chegou a 1.035 entre janeiro e novembro de 2017, segundo dados do ISP (Instituto de Segurança Pública).

Fig.2 – Operação conjunta no Complexo do Lins



Fonte: http://ejesa.statig.com.br/bancodeimagens/ds/ab/11/dsab11s8z16jj89pybm_pelsiq.jpg (acessado em 10/08/2017).

O geógrafo David Harvey em seu livro *As dezessete contradições e o fim do capitalismo* discute a relação entre propriedade privada e Estado capitalista, que classifica como uma das contradições fundamentais do capitalismo, destacando que:

A imposição dos direitos de propriedade privada depende da existência de poderes estatais e sistemas legais (usualmente vinculados a acordos de tributação) que codificam, definem e impõem as obrigações contratuais associadas tanto aos direitos de propriedade privada quanto aos direitos dos sujeitos jurídicos. Há provas suficientes de que o poder coercitivo do Estado teve um papel importante na abertura de espaços para o florescimento do capital muito antes de os regimes de propriedade privada se tornarem dominantes (HARVEY, 2016, p.49).

O autor ressalta o vínculo entre o poder estatal e a imposição dos direitos de propriedade privada, a qual depende dos sistemas legais e da normatização do Estado. É importante destacar o poder coercitivo do Estado nesse processo de imposição de um regime de direitos exclusivos e permanentes, para compreendermos a produção do espaço urbano, que ao se tornar mercadoria vai fazer com que o valor de troca seja um

impedimento para o uso do solo urbano de grande parte da população. Sobre o respaldo do poder estatal para a existência da propriedade privada, Harvey enfatiza que:

O fim dos direitos de usufruto e o infame processo de cercamento dos bens comuns levaram a predominância de um sistema de direitos de propriedade privada individualizada, respaldada pelo poder estatal, como a base para as relações de troca e comércio (HARVEY, 2016, p.49).

Porém, observa que essa relação entre propriedade privada e Estado é de constante tensão, posto que ao mesmo tempo que o Estado visa facilitar a circulação do capital, adotando alguma forma de democracia visando neutralizar formas de Estado absolutista, ou autocrático, não receptíveis a certos requisitos do capital, pode também ficar aberto à influências que possam refrear os poderes do capital enquanto propriedade privada, como é o caso de quando ele é controlado por partidos de esquerda, ou sofre influência de organizações sindicais.

Sampaio (2015) traz uma importante contribuição a respeito de como o espaço fragmentado, e sob a forma de mercadoria, vai ser apropriado de maneira desigual pelos indivíduos sob a urbanização capitalista:

A instituição da propriedade privada dos meios de produção, portanto, expropriou os trabalhadores e os colocou numa relação desigual no que se refere à apropriação da riqueza social; riqueza que no capitalismo “aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’”. O espaço, incorporado no circuito de troca, fragmentado em parcelas comercializáveis, adquirindo forma e função de mercadoria, portanto incorporando a contradição essencial da mercadoria que é ter valor de uso e valor de troca, e logicamente um preço (como expressão do valor), sob a urbanização capitalista vai conseqüentemente ser apropriado de forma desigual pelos indivíduos que possuem acesso radicalmente diferente ao soberano equivalente geral de nossa sociedade: o dinheiro (SAMPAIO, 2015, p.59).

Sob essa perspectiva podemos compreender que a segregação socioespacial não é um problema urbano, mas sim condição e fundamento da violenta urbanização capitalista, por essa razão:

(...) exclui-se a possibilidade de pensar na segregação socioespacial como consequência de erros operacionais e

contingenciais do processo de urbanização ou como resultado de escolhas subjetivas dos indivíduos na sua relação com a metrópole, fazendo esboroar, por exemplo, a interpretação de que a segregação é um fenômeno resultante de escolhas individuais induzidas ou legitimadas pelo medo da criminalidade. A segregação socioespacial aparece a nós, portanto, na sua dimensão radical: como condição e fundamento da realização da propriedade privada da terra e da urbanização capitalista; como manifestação e resultado da violência que é própria ao processo de urbanização capitalista, que, ao não abdicar da lógica da propriedade privada, capitalista como seu fundamento, repõe a expropriação e a separação como seus resultados dramáticos (SAMPAIO, 2015, p.59).

Podemos identificar que a segregação socioespacial está diretamente associada com a realização da propriedade privada, nesse sentido é uma forma de *violência objetiva/sistêmica* que para ser desvelada em nosso cotidiano é preciso ir além das suas manifestações fenomênicas mais imediatas. Como já observado, tanto a propriedade privada, quanto a ação do Estado são formas de *violência sistêmica*, e que mantem uma relação de tensão, e a segregação socioespacial como condição da urbanização capitalista, a partir da realização da propriedade privada. Retomar essas questões é de fundamental importância para discutirmos a dupla determinação política do Estado capitalista apontada por Sampaio (2015), que estão relacionadas segundo a sua forma institucional e segundo o seu conteúdo. Nesse sentido, a autora afirma que o Estado capitalista está sujeito (sujeitado) a uma dupla determinação do poder político:

(...) segundo sua forma institucional, este poder é determinado pelas regras do governo democrático representativo; segundo o seu conteúdo, é determinado pelo desenvolvimento e pelos requisitos do processo de acumulação (SAMPAIO, 2015, p.65).

Por essa determinação política do Estado capitalista, em relação ao seu conteúdo, com o processo de acumulação, podemos perceber o quanto o aparato estatal, ao garantir a normatização da propriedade privada, e os seus meios legais, tem no seu cerne o compromisso em garantir a reprodução do capital. Em virtude desse seu comprometimento com o capital, o Estado capitalista vai ser coercitivo e violento na sua própria constituição.

Assim como Sampaio (2015) enfatiza a segregação socioespacial como condição e fundamento da urbanização capitalista, Alvarez (2016, p.113) ressalta a segregação urbana como conteúdo intrínseco à constituição do espaço urbano capitalista, o qual, como afirma a autora, “está fundamentado na propriedade privada da terra e na valorização do capital como sentido último da reprodução social”. De acordo com essa autora, a paisagem urbana evidencia esse processo, pois:

(...) revela desigualdades que são socioespaciais, porque fundamentadas num processo contraditório de produção social do espaço, no qual a valorização/circulação de capitais de diferentes níveis (locais, regionais e globais) pressupõe a produção da cidade (da metrópole, do urbano) como condição e meio de sua própria realização, o que implica a adoção de estratégias e alianças (no plano econômico e no econômico e político) que buscam viabilizar seus objetivos, qual seja, a reprodução ampliada. De forma inerente, é preciso considerar a realização da vida neste processo e as limitações impostas à sua efetivação, na medida em que, ao mesmo tempo que o espaço é produzido socialmente, sua apropriação é privada, o uso se subordina a troca, já que a apropriação é mediada pela propriedade privada, e para ter acesso a um “pedaço” da cidade é preciso pagar por ele (ALVAREZ, 2016, p.113).

Quando analisamos a paisagem do espaço urbano carioca a segregação socioespacial fica evidenciada pela sua maior representação, as favelas. De acordo com a autora, o uso do espaço se subordina a troca, em virtude do espaço ser produzido socialmente porém apropriado de forma privada, o que nos leva a uma grande parcela da população que não pode pagar por um pedaço da cidade. É importante destacar que na presente dissertação, vamos discutir a produção do espaço urbano em uma perspectiva antagônica a uma visão dualista cidade-favela, posto que estamos embasados em Sampaio (2015) e Alvarez (2016), e que mesmo as favelas não são um conjunto de espaços homogêneos.

Nesse sentido podemos perceber que o urbanismo torna-se uma estratégia para transformar o espaço e garantir a reprodução do capital, e a partir do Estado possibilita uma integração cada vez mais acentuada entre o capital financeiro e o capital imobiliário. Ainda de acordo com Alvarez (2016), o urbanismo é um dos fundamentos da segregação, pois passa da “expropriação à revalorização imobiliária”, a autora destaca que:

O urbanismo, que se toma como ciência e técnica do espaço, constitui a mediação necessária para transformar o já produzido em novo momento de reprodução do capital, uma vez que ele comporta um discurso e uma política sobre o espaço, a partir do Estado, abrindo a possibilidade de maior integração entre o capital financeiro e o imobiliário e a produção de “uma nova cidade”, e/ou “um novo centro” ou de uma cidade de eventos”. O urbanismo se converte, assim, em estratégia para garantir o processo de reprodução, num movimento que vai da expropriação à revalorização imobiliária, sendo portanto, um dos fundamentos da segregação (ALVAREZ, 2016, p.115).

A violência sistêmica desse urbanismo torna-se visível a partir das políticas de remoção dos pobres dos espaços que vão tornando-se valorizados na cidade, como no caso da remoção de favelas no Rio de Janeiro. É válido ressaltar que novos usos a partir da transformação de determinados espaços da cidade podem garantir e potencializar a reprodução do capital, o que implica no aprofundamento do processo de segregação, tal como enfatiza Alvarez (2016, p.124), pois de acordo com a autora:

(...) o que está posto é que o uso primeiro pelo qual qualquer pessoa pode viver a cidade, que é a moradia, apresenta-se muitas vezes como barreira à circulação do capital e valorização do espaço, por meio da produção de novos produtos imobiliários. Neste sentido, os planos urbanísticos, na qualidade de política de Estado, colocam-se como mediação para superação desta barreira, viabilizando mudanças de uso, transferência de posse da terra urbana e remoção daqueles que não podem pagar o preço da valorização para ficar na cidade, aprofundando a segregação. Os lugares nos quais se empreende as transformações são aqueles através dos quais novos usos podem garantir a realização da cidade como valor de troca, potencializando o processo de valorização. Desta maneira, o valor de troca, potencializando o processo de valorização. Desta maneira, o valor de troca da mercadoria cidade pode, enfim, se reproduzir (ALVAREZ, 2016, p.124).

Ferreira (2015) ressalta, apoiado em Lefebvre, a influência da produção do espaço no cotidiano de cada um de nós, e da experiência da segregação vivenciada pelas classes populares, a qual é afirmada a partir da ação estatal associada com a iniciativa privada. O autor afirma que:

O espaço é produzido a partir de intencionalidades, foi a partir dessa certeza que Lefebvre (2008, 1994, 1991) falava de espaço como produto/produtor. Não se trata de transformá-lo em sujeito, mas de ter em conta a influência causada pela sua produção no cotidiano de cada um de nós. Algo que se torna claro a partir da fragmentação do tecido urbano, da segregação espacial vivenciada pelos distintos estratos sociais e do processo de gentrificação, cada vez mais comum nos “projetos de revitalização” implementados pelas instâncias de governo em associação com a iniciativa privada (FERREIRA, 2015, p.80).

Campos (2010) enfatiza a separação dos usos do solo urbano, destacando que cada parcela do solo urbano vai ser apropriada de acordo com a renda dos indivíduos, sendo aquelas consideradas as melhores apropriadas pelos indivíduos de maior renda. Porém, essa valorização das parcelas é constituída, também, a partir dos significados espaciais, e no decorrer do tempo determinadas áreas, antes consideradas inadequadas, podem adquirir valor de mercado para o capital, por isso para Campos (2010, p.88):

Espacialmente a exclusão econômica transforma-se em segregação a partir da separação dos usos do solo urbano. Essa diferenciação foi produzida no sentido de dotar algumas dessas áreas da cidade com infra-estrutura, que, naturalmente, já teriam amenidades, fazendo-as ainda mais distantes das outras. Como a propriedade de cada parcela do solo urbano depende da renda do indivíduo, então as melhores áreas foram apropriadas (destinadas) aos indivíduos de maior renda. Entretanto, como os significados espaciais são instáveis, as áreas consideradas inadequadas para receber investimentos, sobretudo dos promotores imobiliários, transformaram-se com o decorrer do tempo, adquirindo valor de mercado para o capital.

A partir do autor podemos perceber a importância das representações espaciais, quando o mesmo se refere à instabilidade dos significados espaciais, e como os mesmos estão diretamente associados a processos de apropriação do espaço pelo capital. Por essa razão vamos discutir nos próximos parágrafos a estigmatização de parcelas do espaço urbano, como é o caso das favelas e de como as representações espaciais construídas a respeito desses espaços interferem diretamente nas trajetórias dos seus sujeitos.

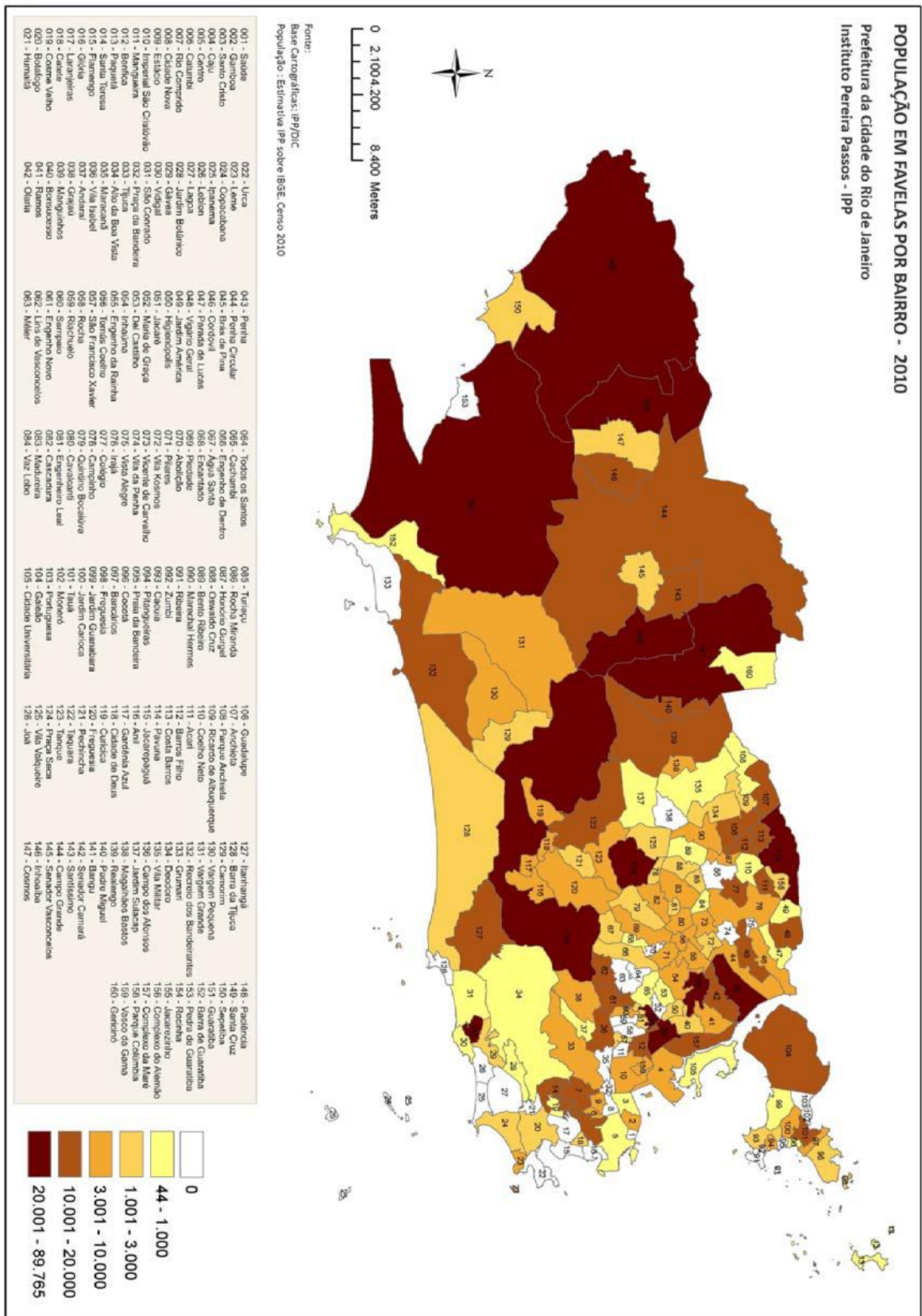
2.2. As favelas resistem – sobre a origem e a estigmatização dos espaços das classes populares

Na presente pesquisa temos como um dos objetivos superar a lógica dualista favela-cidade, na qual os discursos dominantes reproduzem representações das favelas como uma anomalia do processo de urbanização, ou seja, enquanto espaços da informalidade e ilegalidade. Porém, como observa Barbosa (2012, p.97):

As favelas são, sem nenhuma dúvida, expressões culturais do processo discricionário que caracteriza a urbanização do território brasileiro. É importante sublinhar que não se limitam a um fenômeno que se faz presente nas metrópoles. As cidades médias brasileiras são, na atualidade, representativas da multiplicação urbana de favelas e, inclusive, abrigam um crescimento mais expressivo do que o observado em capitais, em especial as da Região Sudeste do país.

É importante destacar um dado trazido pelo autor, pois as favelas vêm apresentando um crescimento numérico nos espaços urbanos, não somente nas grandes metrópoles do Sudeste e demais capitais do país, mas principalmente nas cidades médias, o que de fato reforça que as favelas fazem parte do processo de urbanização do território brasileiro. O mapa 1, intitulado “População em favelas por bairro”, produzido pelo Instituto Pereira Passos (IPP), tem como objetivo fornecer um panorama detalhado das diferenças de concentração populacional nas favelas cariocas, o que contribui para analisarmos o processo de formação do espaço da Cidade do Rio de Janeiro, sendo as favelas uma expressão de sua urbanização.

Mapa 1 – População em favelas por bairro - 2010



Fonte - Cidade: IBGE. Censo 2010; Favela: estimativa IPP sobre IBGE. Censo 2010

Barbosa (2012) enfatiza que as favelas por não terem se constituído a partir do controle governamental, representam estereótipos criados pela ordem dominante, pois:

Todos os esforços conjugados de construir abrigos para si e suas famílias realizados pelos trabalhadores subalternizados da cidade nunca foram devidamente reconhecidos pela sociedade em geral e pelo próprio Estado. Suas *obras territorializadas* sempre foram interpretadas e tratadas como ilegais, irregulares, informais, subnormais, precárias e clandestinas, por não obedecerem aos padrões racionais de edificação, por terem se constituído sem o crivo do controle governamental e por não possuírem documentação escriturada de propriedade (BARBOSA, 2012, p.98).

É válido ressaltar que essa interpretação dualista favela-cidade, ou tradicionalmente morro-asfalto, tem no elemento paisagístico a sua variável determinante, sendo a favela considerada a contraposição do ideal urbano. Nessa direção, ao abordar essa leitura dual, Souza e Silva (2011) destaca que:

Nas definições propostas, o elemento paisagístico é uma variável determinante para explicar a favela. Ela é contraposta a um determinante ideal urbano, vivenciado por uma pequena parcela dos habitantes da cidade. Não é casual, então, que os espaços favelados sejam vistos como um espaço externo a pólis, ao território reconhecido como o lugar, por excelência, de exercício da cidadania (SOUZA e SILVA, 2011, p.216).

Podemos afirmar que as favelas, com todos os estereótipos e preconceitos a ela imputados, assim como políticas de remoção, graças à especulação imobiliária, resistem com o passar do tempo, e são parte do processo de *desenvolvimentos geográficos desiguais*. Essa resistência é produto dos sujeitos que afirmam a partir das favelas a sua presença na cidade, sendo ela um símbolo de luta pela sobrevivência:

Mesmo nas mais precárias de suas configurações de habitação e serviços básicos, as favelas são territórios onde os pobres afirmaram sua presença no espaço urbano. Podemos garantir, então, que a favela é uma das mais contundentes expressões do estar sendo das desigualdades que marcam a vida em sociedade em nosso país, em especial nas grandes e médias cidades brasileiras. É nesse plano que as favelas devem ser tratadas, pois são territórios que colocam em questão o sentido

da sociedade e da espacialidade urbana em que vivemos (BARBOSA, 2012, p.99).

Como podemos observar os espaços das classes populares, dentre eles as favelas, foram estigmatizados pelos grupos dominantes, por essa razão destacamos aqui o papel das representações espaciais, principalmente daquelas *representações que matam*. Nesse sentido, ao propormos *outras representações da favela em sala de aula*, procuramos chamar a atenção para a importância de ressignificar espaços, pois de acordo com Souza (2016, p.160):

As representações são um campo de disputa simbólica, e as “significações imaginárias sociais” que, tão amiúde, nelas se acham reificadas ou diluídas, são, simultaneamente, também as “armas” simbólico-discursivas dessas contendidas. *Ressignificar espaços é ressignificar relações sociais e grupos sociais*, e vice-versa. O que está em jogo é, no caso de conflitos sociais, aquilo que é legítimo q aquilo que não é, aquilo que é justo e aquilo que não é, tendo, no limite, implicações quanto ao que passará ou não a ser (ou deixará de ser) legal, ou aquilo que deverá ser eliminado ou perseguido ou, pelo contrário, tolerado e até, quem sabe, saudado.

Para melhor compreender essa questão da estigmatização dos espaços das classes populares, como é o caso das favelas, é de suma importância recorrer aos processos de transformação e evolução urbana do Rio de Janeiro, e para tanto, vamos aqui utilizar como embasamento teórico a clássica obra de Mauricio de Almeida Abreu *Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro*. De acordo com Abreu (2013, p. 35), “Só a partir do século XIX é que a cidade do Rio de Janeiro começa a transformar radicalmente a sua forma urbana e a apresentar verdadeiramente uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais”, pois até então essas classes sociais se amontoavam no antigo espaço colonial. É a partir de 1870 que são lançadas as bases para a separação de usos e classes no espaço carioca, com a expansão física da cidade, em virtude da introdução do bonde de burro e do trem a vapor, provocando mudanças tanto na sua forma-aparência, quanto na sua forma-conteúdo.

Segundo Abreu (2013), o período de expansão física da cidade, de 1870-1902, é marcado e definido pela necessidade de reprodução de

unidades do capital, tanto nacional, quanto estrangeiro, possuindo eixos de expansão diferentes, sendo o trem, sinônimo do subúrbio e população de baixa renda, e o bonde relacionado a zona sul e um estilo de vida moderno (mapas 2 e 3). O autor ainda destaca que a primeira década do século XX foi de grandes transformações, que tinham como finalidade “adequar a forma urbana as necessidades reais de criação, concentração e acumulação de capital” (p.69), porém um aspecto importante dessas transformações a ser destacado é que conforme o governo tentou resolver as contradições do espaço, novas foram sendo criadas, o que fica evidente com a Reforma Passos. Essa reforma urbana representa a primeira intervenção estatal maciça sobre o urbano, sendo ele reorganizado sob novas bases econômicas e ideológicas, que não condiziam com os pobres na área mais valorizada da cidade (ABREU, 2013, p.72). Em contrapartida, como já foi destacado anteriormente, na tentativa de expulsar os pobres da área mais valorizada da cidade, ocorre a expansão das favelas, e de maneira mais específica, do morro da Favela (atual Providência).

Em sua obra *Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro*, Abreu (2013) destaca os processos de transformação do espaço urbano carioca dividindo o século XX em dois períodos distintos, um de 1906 à 1930 e outro de 1930 à 1964. No primeiro período destacado o autor ressalta que os governos da União e do Distrito Federal passaram a atuar preferencialmente na esfera do consumo, incentivando a continuidade do processo de renovação urbana da área central e embelezamento da zona sul e as cirurgias urbanas continuamente foram afetando os bairros pobres da cidade. Nesse período as indústrias se multiplicaram na cidade e começaram a se expandir em direção aos subúrbios atraindo mão de obra para essas partes da cidade, e nesse mesmo processo de expansão da cidade houve o surgimento de novas favelas, situadas próximas as áreas industriais.

É importante destacar que nesse período de 1906 à 1930 tanto os bancos nacionais quanto os bancos estrangeiros aumentaram a sua influência em amplas áreas da economia, beneficiando-se das ações nos setores público e privado. Nesse sentido Abreu (2013), destaca a

necessidade de acumulação de capital no desenvolvimento do espaço urbano do Rio de Janeiro, destacando que:

Centro e zona sul, de um lado, e subúrbios, de outro, passam então a se desenvolver impulsionados por forças divergentes, embora emanadas da mesma necessidade de acumulação de capital (imobiliário, financeiro, comercial e industrial) (ABREU, 2013, p.72 e 73).

Em virtude do crescimento das contradições, que gradativamente se acentuam até o final desse período, ocorre de maneira mais incisiva a intervenção do poder político sobre o processo de crescimento da cidade como um todo, criando-se uma demanda por um plano urbanístico para a cidade. Essa intervenção direta do Estado sobre o urbano, a qual destaca Abreu (2013), provocou uma transformação acelerada na Cidade do Rio de Janeiro, tanto em relação a morfologia urbana (aparência), quanto em relação ao seu conteúdo, com a separação de usos e de classes sociais no espaço.

Podemos ressaltar que essa intervenção direta do Estado sobre o urbano veio acelerar o processo de estratificação espacial, algo que já era característico da cidade desde o século XIX, como já foi destacado em parágrafos anteriores. É válido chamar a atenção para o interesse cada vez maior do capital financeiro em comandar o processo de evolução urbana da forma urbana carioca. Abreu (2013, p.80) destaca um fato importante sobre as transformações ocorridas no espaço urbano nesse período, que foi a “existência de terrenos mais baratos nas áreas servidas pela ferrovia” o que “levou muitas fábricas a optar pela localização suburbana”. A ocupação desses terrenos, pelo motivo já explicitado, teve como principal consequência a extensão efetiva do tecido urbano para além das fronteiras do até então Distrito Federal. E nesse período, que teve como característica a expansão das favelas junto a instalação das novas fábricas (Mapa 4 e 5), o Plano Agache, que via as favelas como um problema social e estético, apresentava uma única solução para as favelas, a sua erradicação.

O segundo período do século XX que Abreu (2013) trabalha as transformações no espaço urbano carioca, de 1930 à 1964, não pode ser

entendido de maneira homogênea, mas sim a partir de alguns acontecimentos que serão decisivos na produção da cidade. Um primeiro acontecimento marcante, de acordo com o autor, foi o período que compreende a Segunda Guerra Mundial, no qual a burguesia industrial chega a um lugar de destaque no cenário nacional. Já o período que vai de 1945 à 1964, vai ocorrer a consolidação dessa posição de destaque da burguesia industrial, cada vez mais associada com a burguesia financeira. A partir de 1964 tem início um “período em que a burguesia financeira deixa o seu papel de mero colaborador da burguesia industrial, para assumir um lugar dominante na economia” (ABREU, 2013, p.94). Esse autor ainda destaca uma outra questão fundamental sobre a proliferação das favelas, pois de acordo com ele:

É importante notar que as favelas proliferaram numa época em que os controles urbanísticos formais cada vez mais se acentuaram, sendo entretanto pouco afetadas por eles (ABREU, 2013, p.95).

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por uma *febre viária* na Cidade do Rio de Janeiro, o que não mudou apenas a forma aparência, mas passou também a exigir mudanças no seu conteúdo. Nessa direção foi desenvolvido o Plano Doxiadis, que tinha como objetivo remodelar a cidade a partir de uma série de obras que afetariam principalmente as populações mais pobres (ABREU, 2013, p.95). É de grande relevância destacar que o crescimento populacional do Rio de Janeiro nesse período estava diretamente associado ao crescimento industrial da cidade. Podemos perceber o efeito multiplicador do crescimento industrial a partir dos seus reflexos, tais como: a geração de empregos no setor terciário; as pressões exercidas sob o poder público para a dotação de infraestrutura básica; as melhorias dos transportes intra e inter-urbanos; e aquilo que nos chama a atenção na produção da presente pesquisa que foi a proliferação das favelas (Mapas 6 e 7).

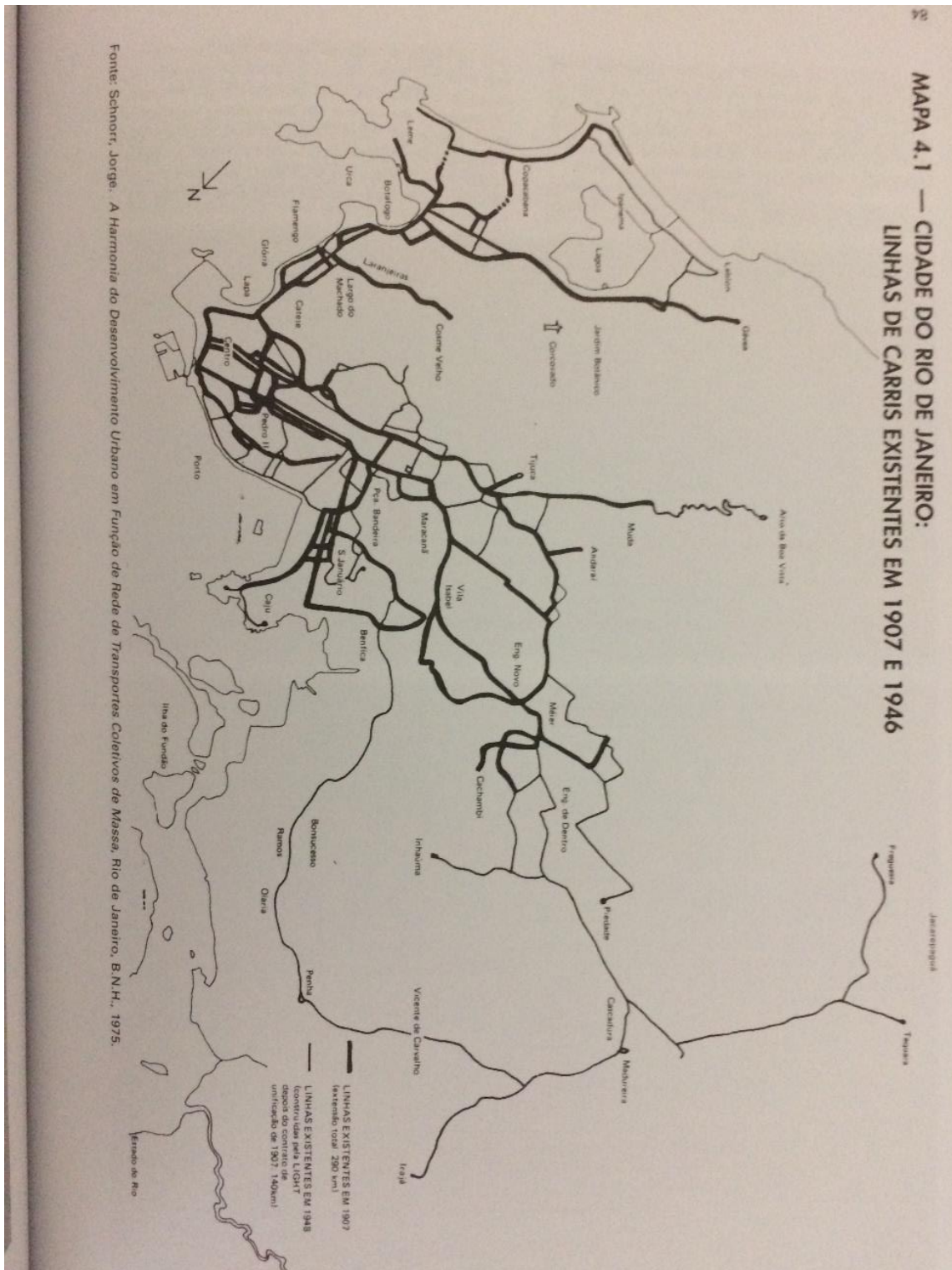
Um fato marcante desse momento de febre viária na cidade do Rio de Janeiro foi a construção da Avenida Brasil, um novo eixo rodoviário que objetivava não somente deslocar a parte inicial das antigas rodovias Rio-

Petrópolis e Rio-São Paulo para áreas menos congestionadas, ao diminuir a circulação, mas pretendia também incorporar novos terrenos ao tecido urbano, visando a ocupação industrial (ABREU, 2013, p.103). Porém, outro tipo de ocupação veio a se implantar na região, concorrendo com os espaços destinados a indústrias: as favelas.

Um dado importante apontado na obra de Abreu (2013) é a respeito do crescimento das favelas no período entre 1950 e 1960, que foi de 98%. Além do número expressivo o autor ainda destaca que esse crescimento da população das favelas se efetuou de maneira diferenciada, o que pode ser percebido a partir dos números que se referem a esse crescimento nas zonas suburbanas, onde ocorreu com maior intensidade: 150% na zona da Leopoldina e 200% na zona de Madureira. É interessante destacar que a grande maioria das favelas surgidas no Rio no período de 1948-1960 se localizava nas proximidades da Avenida Brasil (Distrito da Penha), ocupação que já foi discutida em parágrafo anterior, e “em 1960, estavam ali 33% das favelas e 52% dos favelados” (ABREU, 2013, p.126).

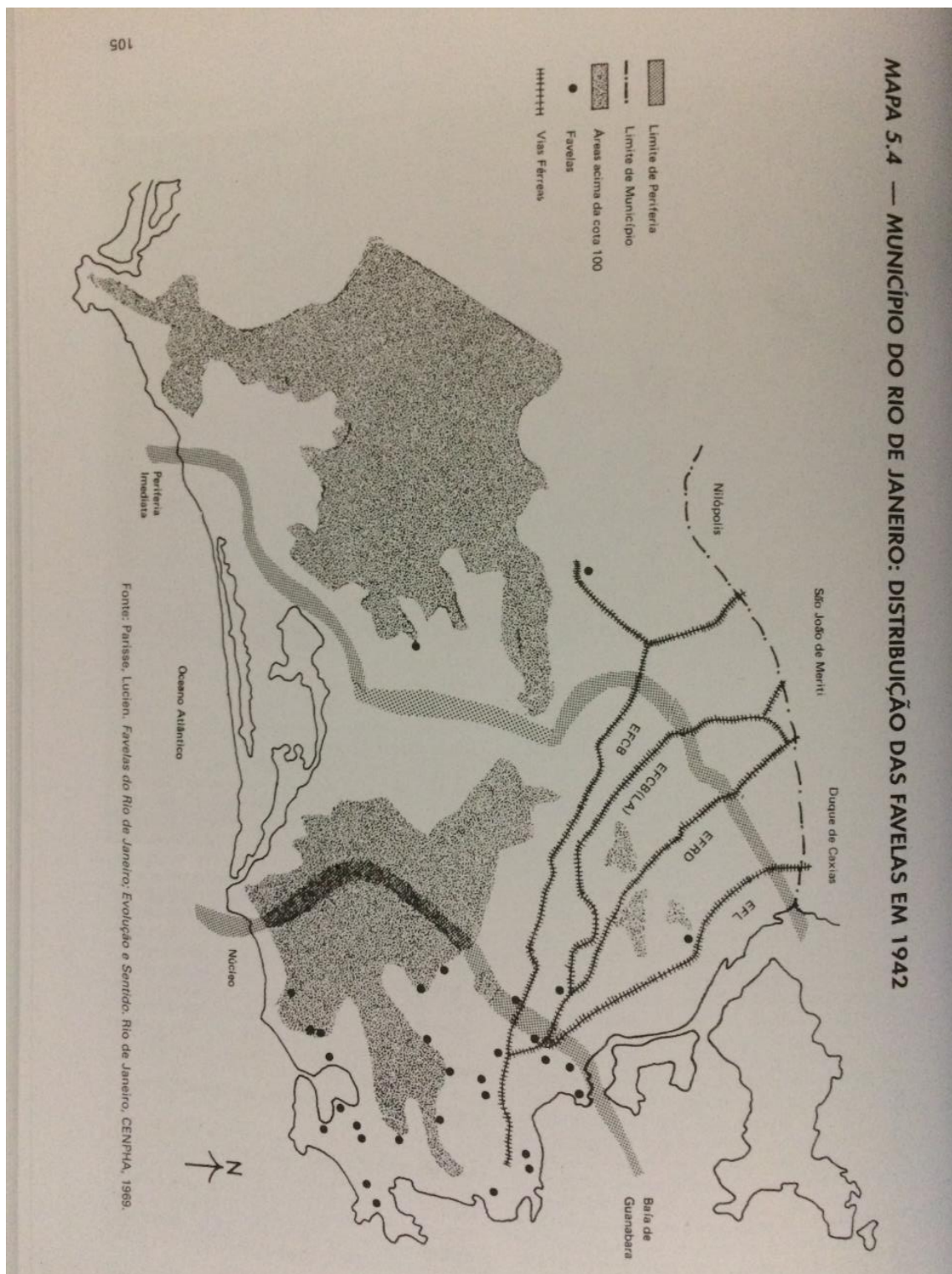
No final de sua análise sobre a evolução urbana do Rio de Janeiro, no que tange ao século XX, Abreu (2013) faz uma importante observação a respeito dos efeitos significativos sobre a forma urbana carioca pós-1964, em virtude da intensificação do processo de concentração de renda viabilizada pela política econômica da época. Um dos efeitos foi a remoção das favelas dos locais mais valorizados da zona sul da cidade, e o outro foi a expansão da parte rica da cidade em direção a São Conrado e Barra da Tijuca (especulação imobiliária). Podemos destacar aqui que ambos os efeitos ressaltados pelo autor a décadas atrás, são processos que tiveram desdobramentos até os dias atuais, acrescentando que junto ao processo de especulação imobiliária e deslocamento de capitais em direção a Barra da Tijuca e Jacarepaguá houve também uma expansão das favelas para essa região, acompanhando o movimento.

Mapa 3 – Linhas de carris existentes em 1907 e 1946 na Cidade do Rio de Janeiro



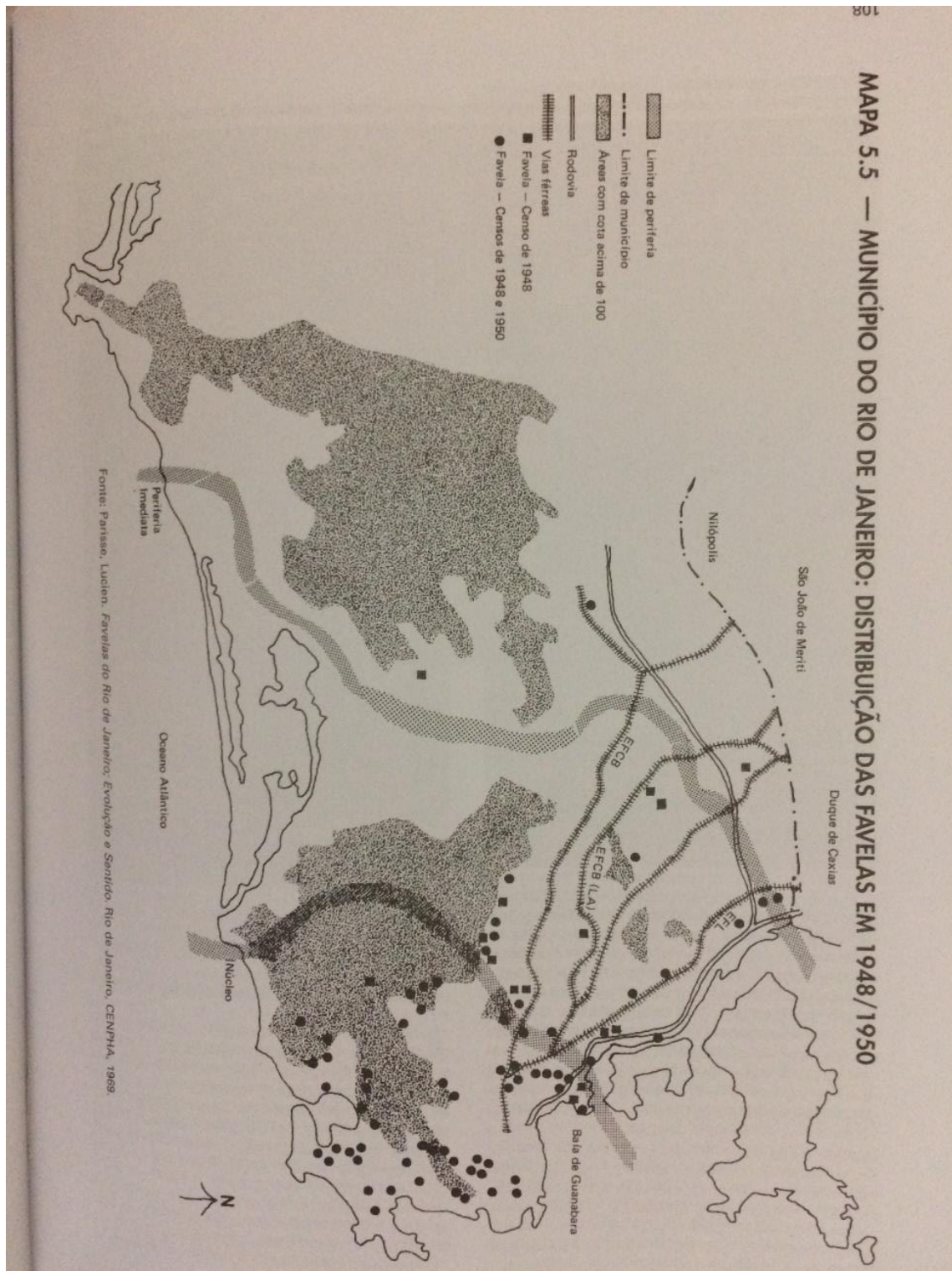
Fonte: (ABREU, 2013, p.84).

Mapa 4 – Distribuição das favelas cariocas (1942)



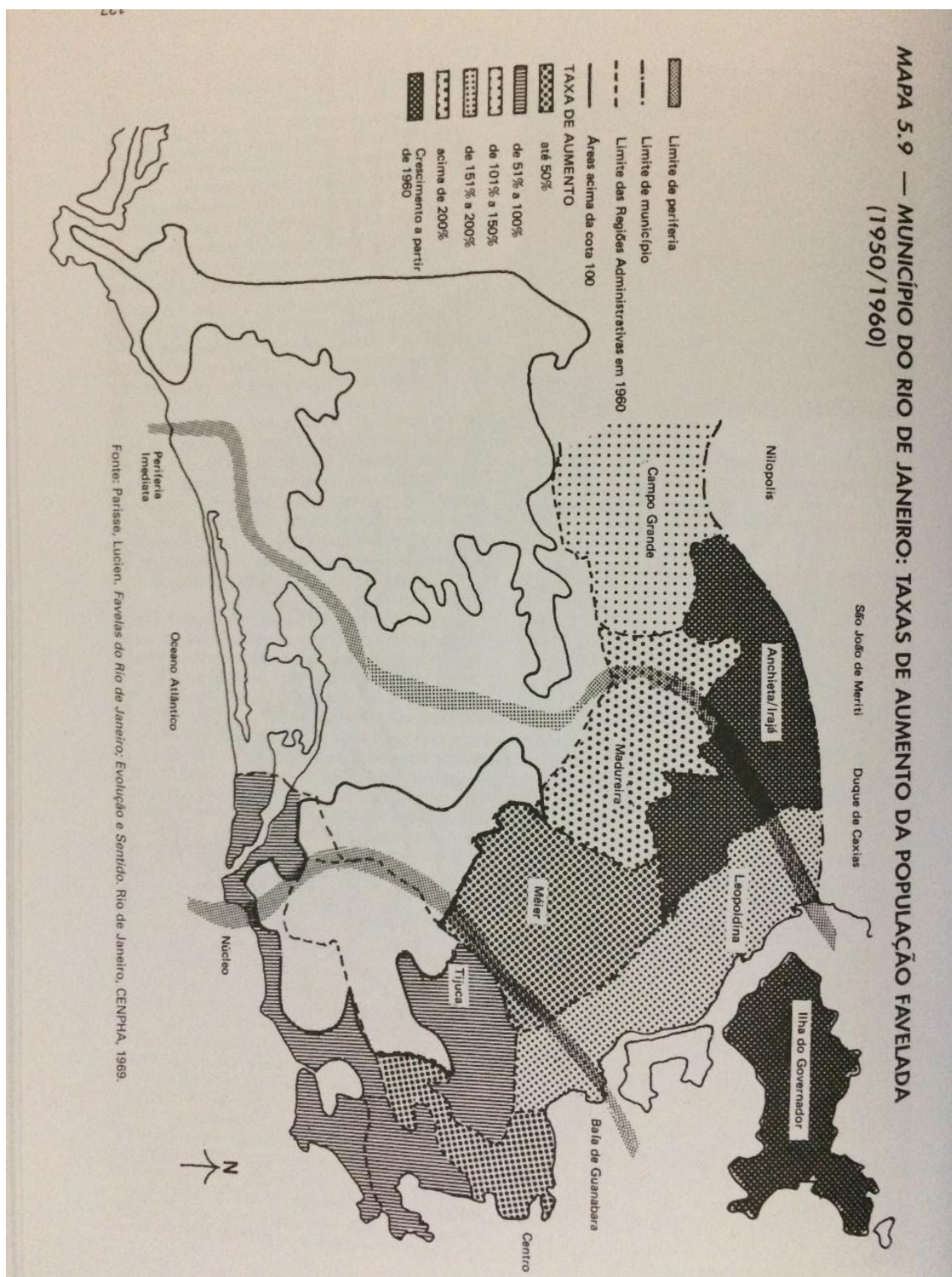
Fonte: (ABREU, 2013, p.105).

Mapa 5 – Distribuição das favelas cariocas em 1948/1950



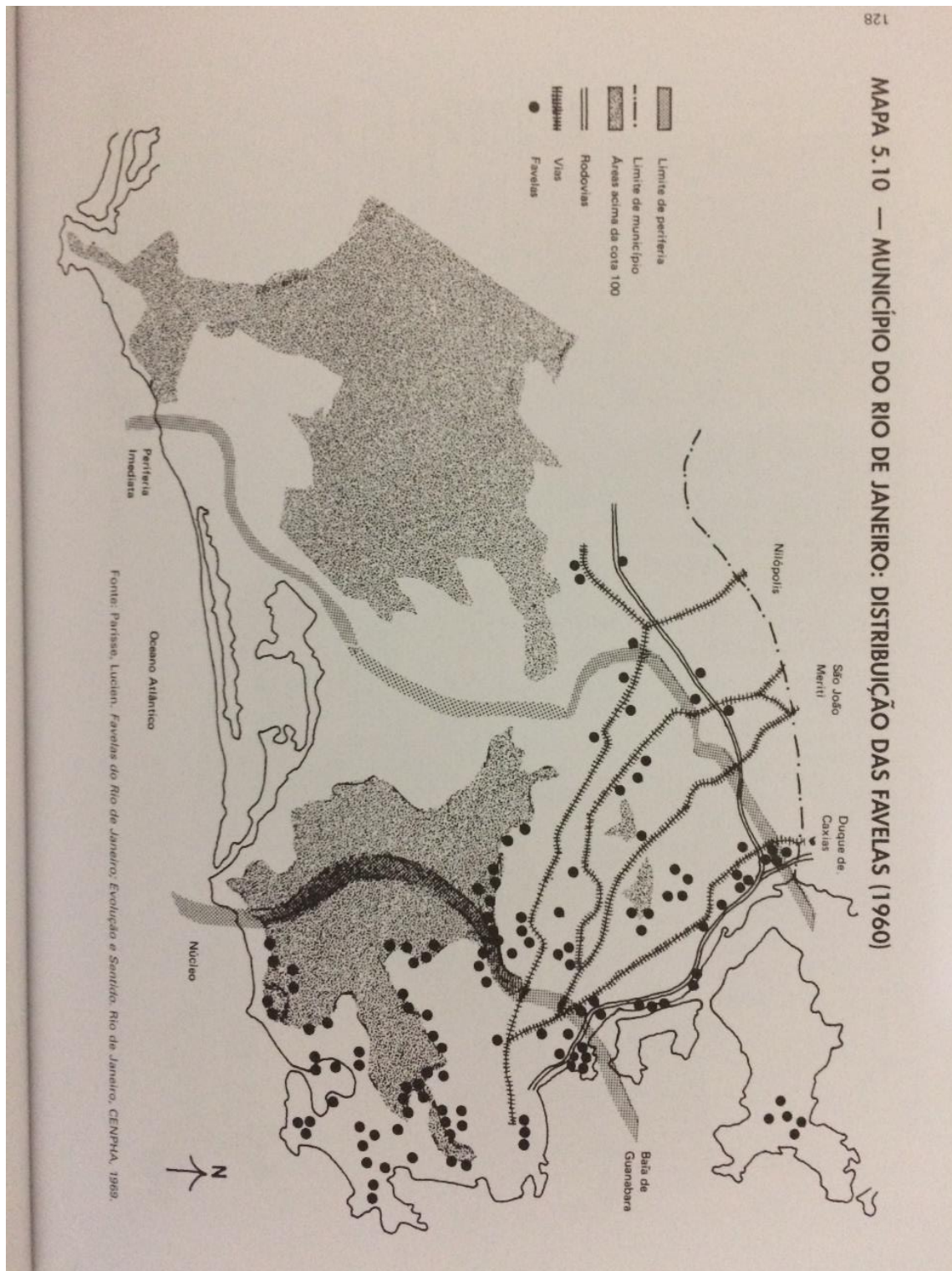
Fonte: (ABREU, 2013, p.108).

Mapa 6 – Taxas de aumento da população moradora de favelas (1950/1960)



Fonte: (ABREU, 2013, p.127).

Mapa 7 – Distribuição das favelas na Cidade do Rio de Janeiro em 1960



Fonte: (ABREU, 2013, p.128).

A respeito da estigmatização das favelas, podemos perceber na figura 3, a qual se trata de uma pintura a óleo de 1912 intitulada *A ronda da favela*, que a ação do estado em controlar esses espaços de sujeitos considerados perigosos está diretamente relacionado com as imagens e estereótipos que começam a ser difundidos pela imprensa já na primeira década do século XX, tal como destaca Abreu (2014). É válido ressaltar, mais uma vez, que as favelas passam da invisibilidade ganhando a representação de espaços do crime, do perigo e da desordem, imagens essas que vão incidir diretamente sob os sujeitos que moram nesses espaços segregados.

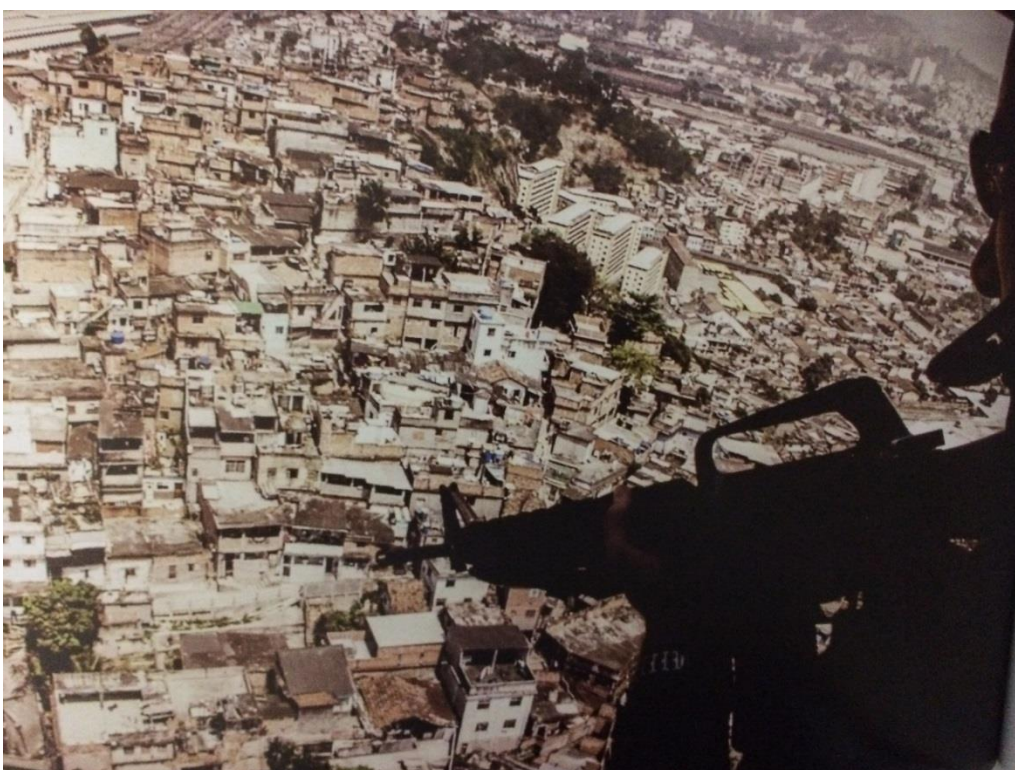
É interessante fazer uma comparação entre as figuras 3 e 4, pois as mesmas retratam dois tempos distintos de uma mesma cidade, mas apesar das diferenças óbvias em relação a todo aparato policial, se referem a ação de controle estatal. A figura 4 foi publicada no jornal *O dia*, abordando uma operação policial numa favela carioca a partir de um helicóptero da polícia, ilustrando que mais de um século depois permanece a ação violenta do Estado em controlar esses espaços estigmatizados. É importante ressaltar que a população das favelas cariocas é aquela mais exposta a violência, que começa a partir do próprio processo de segregação que é condição e fundamento da urbanização capitalista, e tem o seu cotidiano permeado por complexas relações que configuram práticas espaciais que podem ser tanto de *assujeitamento*, quanto de resistência, processos que envolvem sofrimento.

Fig.3 – A ronda da favela



Fonte: (CONDURU, 2013, p.63).

Fig.4 – Ataque a helicóptero: reação, fuga e execução



Fonte: (CONDURU, 2013, p.62).

Tendo em vista ilustrar a expressividade das favelas na cidade do Rio de Janeiro, vamos lançar mão de alguns dados importantes levantados no último censo realizado pelo IBGE, no ano de 2010, os quais foram utilizados pelo Instituto Pereira Passos (IPP) na publicação *Favelas na Cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010*, do ano de 2012. A Tabela 1, desenvolvida pelo IPP, mostra a porcentagem de moradores de favela por área de planejamento, que no caso da Cidade do Rio de Janeiro são cinco, conforme podemos observar na tabela abaixo.

Tabela 1 - População de favelas por Áreas de Planejamento - Município do Rio de Janeiro -2010

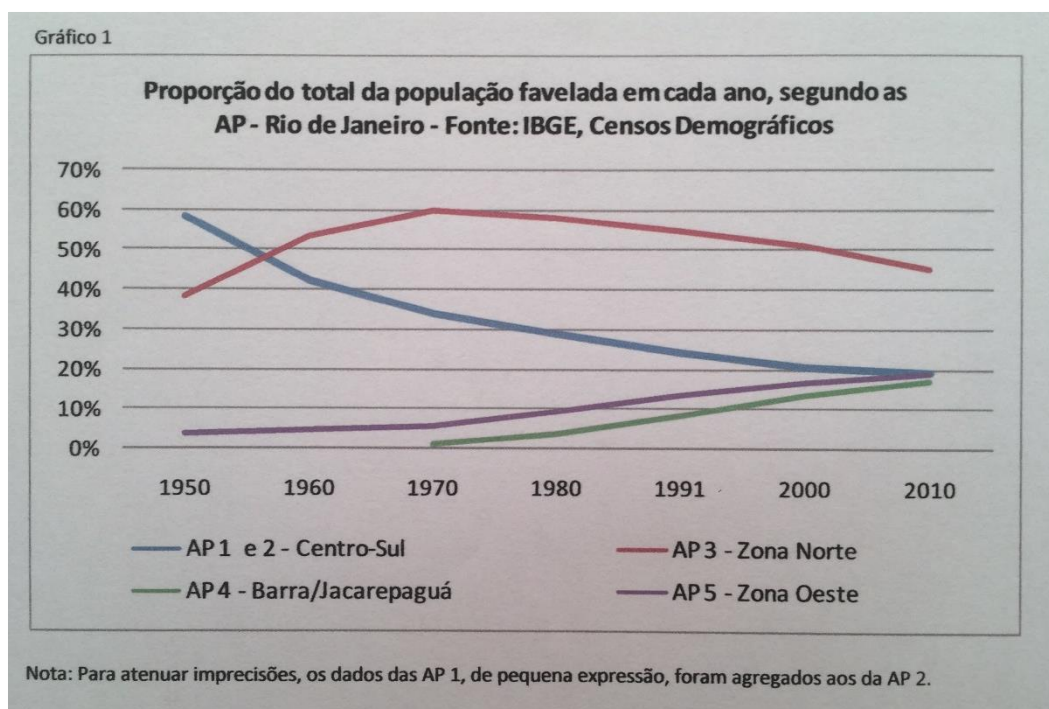
Área de planejamento	Cidade (A)	Favela (B)	(B) / (A)
Total	6.320.446	1.443.773	23%
AP1 - Central	297.976	103.296	35%
AP2 – Zona Sul	1.009.170	174.149	17%
AP3 – Zona Norte	2.399.159	654.755	27%
AP4 – Barra/Jacarepaguá	909.368	236.834	26%
AP5 – Zona Oeste	1.704.773	274.739	16%

Fonte - Cidade: IBGE. Censo 2010; Favela: estimativa IPP sobre IBGE. Censo 2010

Podemos inferir a partir da análise dos dados presentes na tabela, que a área de planejamento com maior quantidade de moradores de favelas é a Zona Norte (AP3), enquanto a AP1, Central, é aquela com maior percentual de população de favelas, apesar de apresentar o menor quantitativo de moradores. Porém é válido ressaltar que a AP4,

Barra/Jacarepaguá, principal área de expansão do capital na cidade e de grande especulação imobiliária, apresenta um percentual apenas 1% menor que a AP3, apesar dessa ter um número quantitativo de moradores de favelas muito maior. É importante destacar que as AP4, Barra/Jacarepaguá, e AP5, Zona Oeste, foram aquelas que apresentaram maior crescimento populacional de favelas nas últimas décadas, como podemos observar no gráfico1, e de acordo com o estudo realizado pelo IPP:

Fatores ligados ao processo histórico de ocupação, à localização de atividades econômicas e de serviços públicos e a disponibilidade de terra vêm, ao longo do tempo, condicionando o surgimento e a consolidação desse tipo de assentamento habitacional. Observa-se uma forte dinâmica de mudança de localização das favelas, nos últimos 50 anos, dirigindo-se das áreas mais centrais, na porção leste da cidade, para as mais periféricas, na porção oeste (p.7).



Fonte - Cidade: IBGE. Censo 2010; Favela: estimativa IPP sobre IBGE. Censo 2010

Em relação ao gráfico 1, o relatório do IPP faz a seguinte observação:

(...) o percurso ascendente das curvas correspondentes à AP5 e à AP4, regiões mais periféricas com grande disponibilidade de

terra relativamente barata e, no caso da Barra da Tijuca, com muitas atividades empregadoras de mão de obra não especializada (construção civil, comércio e serviços gerais) (p.8).

Outro importante dado trazido pelo relatório é a respeito do crescimento populacional da Cidade do Rio de Janeiro entre 2000 e 2010, passando de 5.857.994 para 6.320.446 habitantes, representando um crescimento de 8%. Porém, ainda de acordo com o IPP, enquanto as favelas se expandiram a uma taxa de 19%, a população da “não-favela” cresceu apenas 5%. A confirmação do crescimento das favelas pode ser observada na tabela 2, particularmente na AP4, área de expansão do capital, que registra um grande crescimento da população favelada: 53%.

Tabela 2 – Estimativa da variação da população moradora em favela e não-favela, por Áreas de Planejamento - Município do Rio de Janeiro - 2000 e 2010

Áreas de Planejamento	Variação % da população - 2000 - 2010	
	Favela	Não Favela
Total	19%	5%
AP1 -Central	28%	4%
AP2 – Zona Sul	15%	-1%
AP3 – Zona Norte	11%	-1%
AP4 – Barra/Jacarepaguá	53%	28%
AP5 – Zona Oeste	15%	8%

Fonte: Fonte - Cidade: IBGE. Censo 2010; Favela: estimativa IPP sobre IBGE. Censo 2010

A partir desses dados podemos perceber os *desenvolvimentos geográficos desiguais*, pois de acordo com Harvey (2016, p.139):

A paisagem geográfica construída pelo capital não é um produto passivo. Ela evolui segundo determinadas regras práticas que – como as que governam a evolução combinatória das tecnologias – têm uma lógica autônoma, porém contraditória. O modo como a paisagem evolui afeta tanto a acumulação de capital quanto a

maneira como se manifestam as contradições do capital e do capitalismo no espaço, no lugar e no tempo. A independência com que a paisagem geográfica evolui tem um papel fundamental na formação das crises. Sem o desenvolvimento geográfico desigual e suas contradições, há muito tempo o capital já teria se ossificado e se tornado caótico. Esse é um meio crucial pelo qual o capital se reinventa periodicamente.

É importante ressaltar que a principal área de expansão do capital da Cidade do Rio de Janeiro, a AP4, é também aquela que apresentou maior crescimento das favelas, o que torna perceptível como a evolução da paisagem, nessa área de planejamento, manifesta as contradições do capital. Harvey (2016) resalta outro aspecto notável na paisagem do capital que desempenha papel ideológico na vida e na política contemporâneas, ao afirmar:

A cidade capitalista, por exemplo, é construída como uma obra de arte por si só, com uma arquitetura fabulosa e de significados icônicos conflitantes. As mansões e coberturas dos “mestres do universo”, que hoje trabalham em escritórios suntuosos instalados em arranha-céus reluzentes nos centros financeiros globais, contrastam com a antiga arquitetura industrial das fábricas tradicionais. Os espetaculares centros de consumo e a criação perpétua do espetáculo urbano pós-moderno contrastam com o alastramento urbano e os condomínios fechados, que, por sua vez, contrastam com cortiços, bairro de imigrantes e da classe trabalhadora e, em muitas cidades do mundo, grandes conjuntos de casas construídas pelos próprios moradores. A cidade capitalista é o ponto alto da tentativa do capital de parecer civilizado e representar a grandeza das aspirações humanas (HARVEY, 2016, p.150).

A capital fluminense apresenta uma paisagem de grandes contrastes, e principalmente com a realização dos grandes eventos na cidade (Jogos Pan-americanos, Jornada Mundial da Juventude Católica, Copa do Mundo, Jogos Olímpicos) ficou em grande evidência a produção do espaço na lógica do capital, ao mesmo tempo em que esses eventos serviram para desempenhar um importante papel ideológico para a venda da imagem da cidade. Nesse sentido, é válido ressaltar que a violenta produção do espaço urbano, que tem a segregação espacial como fundamento, é responsável por um número cada vez maior de moradores de favelas, o que nos leva a concluir que as favelas fazem parte do próprio processo de formação da cidade. Na tabela 3 podemos ter a dimensão do

contingente populacional das dez maiores favelas do Rio de Janeiro, estando sete delas localizadas na AP3, área de maior concentração populacional residente em favelas, sendo importante destacar o Complexo de Rio das Pedras, terceira maior favela, localizada na AP4, que nos parágrafos anteriores destacamos como aquela área de maior expansão do capital.

Tabela 3 - Dez maiores favelas da cidade - Município do Rio de Janeiro -2010

Favelas	Regiões administrativas	Áreas de planejamento	População IPP 2010
Rocinha	Rocinha	2	69.161
Complexo da Maré	Complexo da Maré	3	64.094
Complexo de Rio das Pedras	Jacarepaguá	4	63.484
Complexo do Alemão	Complexo do Alemão	3	60.583
Complexo da Fazenda Coqueiro	Bangu	5	45.415
Complexo da Penha (Vila Cruzeiro)	Penha	3	36.862
Complexo do Jacarezinho	Jacarezinho	3	34.603
Complexo de Acari	Pavuna	3	21.999
Complexo de Vigário/ Lucas	Vigário Geral	3	20.570
Complexo do Bairro da Pedreira	Pavuna	3	20.515

Fonte - Estimativa IPP sobre IBGE. Censo 2010

Visando um desdobramento da pesquisa que esteja relacionando o processo de urbanização capitalista com a violência sistêmica que lhe é inerente, nos parágrafos anteriores desse capítulo, a partir de dados secundários, buscamos demonstrar que as favelas são a manifestação da segregação socioespacial. Para analisarmos a questão da resistência das favelas, fizemos uma revisão bibliográfica sobre sua formação espacial na cidade do Rio de Janeiro, destacando alguns períodos de tempo, para discutirmos as representações construídas sobre esses espaços. A partir desses desdobramentos, seguiremos para o segundo capítulo, que visa compreender o processo de segregação socioespacial também a partir das trajetórias de vida dos moradores de algumas favelas cariocas. Porém, no segundo capítulo analisaremos os desafios de uma educação para além do capital que possa ser desalienadora, tal como foi proposto por Mészáros (2015), de maneira a superar a *pseudoconcreticidade* do discurso dualista favela-cidade, que retrata a favela como um problema urbano e caminhe em direção a transformação da vida cotidiana.

Um mergulho no espaço dos sujeitos segregados

No primeiro capítulo da presente dissertação desenvolvemos uma discussão sobre a produção do espaço e a violência sistêmica da urbanização capitalista que tem a segregação como condição e fundamento. Nesse capítulo temos como objetivo discutir a segregação socioespacial a partir das práticas espaciais e vislumbrar as possibilidades de transformação da vida cotidiana, pois acreditamos que a presente pesquisa precisa avançar para fora da academia, servindo para refletir e propor caminhos de mudança. Nesse sentido vamos abordar o conceito de violência simbólica e o papel da linguagem na fabricação de demandas por ordem, enquanto instrumentos de manutenção da pseudoconcreticidade, ao passo que ocultam a violência sistêmica. Para tanto dar um mergulho nas práticas espaciais daqueles que são os que mais sofrem com a violenta urbanização capitalista é a empiria da pesquisa, pois a partir da coleta de informações de trajetórias de vida desses sujeitos podemos ter a dimensão das múltiplas relações traçadas nos espaços das favelas.

A letra da música *Marquinhos Cabeção*, composição do rapper MV Bill, que integra o álbum *Traficando informação* lançado em 2000, retrata a trajetória de vida de um rapaz com um desfecho trágico, que, infelizmente, continua com um frescor assustador de tão atual:

Apenas um garoto, 15 anos de idade, seu grande sonho, era ser jogador, de futebol, mas como sempre acontece, no Rio de Janeiro, a ilusão pela TV, veio primeiro, queria ter carro, muita mulher, acabou entrando para a vida do crime, essa é a história de Marquinho Cabeção.

Você precisa conhecer a história de Marquinho Cabeção, 15 anos de idade revoltado então, barraco de madeira, no meio da favela, a mãe ajoelhada acendia uma vela, e rezava pedindo para que Oxalá, ajudasse o Marquinho a se levantar, pois o seu sonho era ser jogador de futebol, ficava descalço batendo uma bola suando debaixo do sol, mas na sua vida, não tava tudo azul, sua mãe lavava roupa para rico na zona sul, se matava passava humilhação, pra colocar em sua mesa arroz com feijão, Marquinho Cabeção, que não tava trabalhando, treinava à tarde e à noite tava estudando, de chinelo mochila rasgada ia Marquinho Cabeção, seu sonho era jogar no maraca com a

camisa do mengão, mas como sempre, acontece, no Rio de Janeiro, a ilusão pela TV, veio primeiro, era tênis camisa e boné, ainda diziam se você ainda não tem é um zé mané, eram coisas que sua mãe não poderia lhe dar, tava fazendo supletivo, paro de estudar, as vezes não tinha, dinheiro nem para ir treinar, sua esperança Marquinho começou a faltar, seu sonho de ser profissional tava ficando pra trás, a camisa do mengão, já não brilhava mais, Marquinho que era o rei da bola, agora é o Cabeção portando uma pistola, de herói, Marquinho passou pra vilão, roubava até trabalhador dentro da condução, a televisão, que gosta de enganar, deixou Marquinho pronto para atirar, pronto para atirar, pronto para matar, pronto, pronto, pronto para atirar, pronto para matar, pronto, pequenos furtos levavam ele a loucura, já não lembrava mais, daquela vida dura, tava se levantando meteu um Fiat uno, suas marcas eram cyclone tck e mizuno, ia sempre no terreiro se rezar, pedia para o preto velho não deixa o carro preto passa, já tinha deixado de ser um simples menino, se tornou um assaltante viciado assassino, se tornou o pesadelo da sociedade, na sua cabeça só tinha maldade, ele tinha uma coleção de bolas, agora tem uma coleção de pistolas, clock colt 45 bereta 765, é no campo ele gostava de chutar agora na vida do crime gosta de atirar,, pronto para atirar, pronto para matar, pronto, pronto, pronto para atirar, pronto para matar, pronto a ultima vez que ele foi no terreiro fala com caboclo, fez um trabalho, fez um despacho, botou uma guia no pescoço, era época de são Cosme e Damião, a molecada toda em cima de Marquinho Cabeção, jogava dinheiro avanço é que arreventou, o molequinho avisava o camburão chegou, a favela ta sinistra e os home tão de arma na mão, botando todo mundo pra corre pra pega o Marquinho Cabeção, que foi pego pelas costas desprevenido, levou porrada foi fratura mas pelo menos tava vivo, a morte era o que o pessoal não tava querendo, à noite acharam ele morto com a camisa do Flamengo.

Essa música nos chama a atenção pela sua narrativa, cujo personagem principal Marquinhos Cabeção, poderia na verdade ser um menino qualquer de quinze anos morador de uma das tantas favelas cariocas, meninos que sonham em ser jogador de futebol para ter uma vida da qual estão segregados na cidade. Assim como a música destaca que “você precisa conhecer a história de Marquinhos Cabeção”, acreditamos que utilizar como procedimento metodológico trajetórias de vida é fundamental para conhecer o objeto da pesquisa e de grande valia para pensar em transformações da vida cotidiana. O presente capítulo parte dessa música pois a mesma aponta para uma importante questão que é pensar mudanças que estão diametralmente opostas ao simples acesso as mercadorias, aquilo que a população segregada não possui, pois é exatamente a violenta produção desigual da cidade que é para nós o

grande problema a ser aqui questionado, e não a distribuição ou acesso a um pedaço do solo urbano.

Como já foi destacado anteriormente a *violência simbólica* se consolida quando a linguagem é infectada pela violência (ZIZEK, 2016), cristalizando e reproduzindo estereótipos e preconceitos. Batista (2014) afirma que:

Bakhtin situa a linguagem no conjunto de produtos ideológicos que fazem parte de uma realidade concreta, como signo que ‘também reflete uma outra realidade que lhe é exterior’. Para ele a consciência só se afirma como concreta a partir da encarnação material em signos (p.68).

Quando nos referimos a linguagem ser infectada pela violência, é importante situá-la no conjunto dos produtos ideológicos de uma realidade, como foi destacado na citação acima. Bakhtin afirma ainda que “o esforço das classes dominantes é ocultar a luta que há por trás dos signos para torna-los monovalentes” (BATISTA, 2014, p.68). É interessante que a palavra monovalente tem como um dos seus significados um predicado que requer um só argumento (diz-se de elemento). Por essa razão a violência simbólica se impõe a partir da linguagem, ou seja, encarnada a partir dos signos que se explicam por si só, monovalentes, cristalizando os preconceitos. Batista (2014, p.70) ainda destaca que:

É na cristalização da ideologia do cotidiano que se fundem os sistemas científicos, morais e religiosos de uma época. Nos discursos menores da vida cotidiana, na fricção das palavras é que se nutrem e se configuram os estereótipos.

É válido ressaltar que a vida cotidiana passa exatamente por essa absorção de preconceitos e estereótipos, os quais são introjetados pelas classes populares que são o seu principal alvo. Desse modo podemos afirmar que “quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais ele internaliza profundamente o que se escuta” (BATISTA, 2014, p.71). Essa internalização do que se escuta que faz o sujeito esquecer de si mesmo demonstra de fato, o que já foi apontado anteriormente na presente dissertação, que o preconceito não é apenas categoria do pensamento,

mas também do comportamento humano, como afirma Heller (2016). Quando nos deparamos com a realidade dos sujeitos segregados, como no caso dos jovens moradores de favelas, podemos perceber que a internalização de preconceitos faz com que grande parte desses jovens, os mais expostos a violência do Estado, não enxerguem em si um papel ativo no processo de construção da cidade e na possibilidade de transformação da vida cotidiana. Aragão (2011) emprega inclusive o conceito de *dilaceração do ser* como produto da internalização dos preconceitos nas práticas sociais dos sujeitos que residem nas favelas, pois o autor destaca que:

Sabemos que a força das representações ganha dimensões a ponto de interagir com as práticas sociais. A título de ilustração, pode-se afirmar que as representações sobre residentes das favelas como “bandidos”, “cúmplices de traficantes” reacendem outras representações como a de “classes perigosas” isto orienta as referidas “ações equivocadas” em termos de intervenções e políticas públicas em termos de intervenções e políticas públicas nas favelas. Ao mesmo tempo, ainda sobre os desvendamentos que se deseja por à superfície, notamos que há uma série de metamorfismos a que moradores de favelas são submetidos. Pondo tudo isto a certo escrutínio, a consequência mais significativa é dilaceração do ser (ARAGÃO, 2011, p.87).

Quando nos referimos ao conceito de *violência subjetiva* (ZIZEK, 2016), aquela percebida, com a qual podemos fazer uma relação com a *pseudoconcreticidade*, estamos de acordo com Batista (2014, p.97) ao enfatizar que “concentrar o medo numa parte da população que pode ser nomeada, reconhecida e localizada é absolutamente estratégico”. A autora ainda ressalta a reprodução dos discursos que geram uma demanda por lei e ordem contra os sinais visíveis do caos e da desordem, como por exemplo os camelôs, os flanelinhas, as prostitutas, usuários de drogas (BATISTA, 2014, p.98), enfatizando que há uma tendência de criminalizar a precariedade. É importante destacar que a estigmatização dos espaços apropriados pelas classes populares (CAMPOS, 2010), abordada no primeiro capítulo, está diretamente associada com os preconceitos que vão constituir um elemento importante das práticas espaciais, da reprodução da vida, dos sujeitos que ocupam esses espaços e neles tecem suas

relações da vida cotidiana. Assim como Abreu (2014) destacou o papel da imprensa ao disseminar estereótipos a respeito das favelas no início do século XX, é de grande valia ressaltar que a difusão dessas imagens das favelas como espaços da “desordem”, do “descontrole”, do “crime”, vai servir para legitimar políticas violentas de controle social, questão abordada por Batista (2014, p.105):

A difusão de imagens do terror produz políticas violentas de controle social. As estruturas jurídico-policiais fundadas no nosso processo civilizatório nunca se desestruturaram, nem se atenuam. É como se a memória do medo, milimetricamente trabalhada, construísse uma arquitetura penal genocida cuja clientela-alvo se fosse metamorfoseando infinitamente entre índios, pretos, pobres e insurgentes. É como se torturadores estivessem sempre a postos, prontos para entrar em cena e limpar o jardim.

As figuras 5 e 6 retratam a reprodução dessas imagens do terror, legitimando uma política violenta de controle social, fabricando uma demanda por ordem, pois são dois jornais de grande circulação na Cidade do Rio de Janeiro entre as classes mais populares. Esses discursos de guerra estampado na capa de ambos os jornais é um importante instrumento de introjeção de uma demanda por ordem, e assim como foi discutido no primeiro capítulo o que fica em evidência são as explosões de violência subjetiva, enquanto a violência sistêmica da violenta produção do espaço é inviabilizada, tornando-se uma condição natural, o que denominamos aqui *pseudoconcreticidade* (KOSIK, 1969).

Como já foi destacado anteriormente na presente pesquisa, a imprensa teve um papel fundamental na configuração dos estereótipos sobre as favelas desde o início do Século XX, quando a partir das representações do Morro da Favela (Providência) vai configurar o termo favelas para os demais espaços da cidade com características parecidas com o morro da Favela, sempre se referindo a esses espaços como aqueles da barbárie, da desordem e do crime. Quando analisamos o discurso presente na capa dos jornais *Extra* e *O Dia* das figuras 5 e 6 podemos identificar que os mesmos legitimam a ação opressora do Estado,

e nesse sentido participam de maneira ativa na cristalização da ideologia do cotidiano. No caso da capa do jornal *O Dia* (figura 5) em que foi estampado “Enfim, o Exército”, podemos perceber que o uso das Forças Armadas é afirmado como condição para o restabelecimento do *grau zero de violência*, que é na verdade a própria *violência sistêmica* não questionada. Quando analisamos a capa do jornal *Extra* (figura 6) torna-se muito claro que o principal objetivo é disseminar medo a partir de imagens que retratam um cenário de guerra, que é inclusive o foco da manchete irônica “Rio vive clima de guerra, secretário mobiliza aparato de guerra e depois diz: ‘não é guerra’ / Ah, tá!”.

As duas edições aqui analisadas se referem a uma operação conjunta das polícias do Rio de Janeiro com as Forças Armadas que ocorreu na Favela da Rocinha, que naquele momento estava sendo alvo de disputas entre o chefe do tráfico no local, Rogério Avelino Silva, conhecido por Rogério 157, e traficantes aliados a Antônio Francisco Bonfim Lopes, o Nem da Rocinha, após haver uma divisão no interior da mesma quadrilha. É válido ressaltar que essa operação foi transmitida ao vivo em rede nacional.

Fig.5 – Fabricando demanda por ordem



Fonte: acervo pessoal do autor.

Fig.6 – Fabricando o medo



Fonte: acervo pessoal do autor.

A presente dissertação pretende analisar a *violência sistêmica*, invisível, que está escondida em todo esse discurso de guerra e de violência urbana, que, como já foi discutido anteriormente, se apresentam a partir da imprensa e se cristalizam em estereótipos e preconceitos. Para tanto é necessário a crítica da ação do Estado, que visa garantir as condições necessárias para a reprodução do capital no espaço urbano, fato que aumenta cada vez a população segregada e serve para ilustrar a cidade como um negócio. Porém nesse capítulo, o qual denominamos *Um mergulho no espaço dos sujeitos segregados*, pretendemos para além da análise do processo de segregação através dos sujeitos que o vivenciam, a partir das suas trajetórias de vida, discutir sobre as possibilidades de transformação da vida cotidiana. Quando nos referimos aqui a transformação da vida cotidiana é importante ressaltar que acreditamos em um projeto de *educação para além do capital*, tal como proposta por Mészáros (2015), que se refere a uma contrainternalização das hierarquias sociais, e não pode ser confundido com a educação formal, posto que essa é balizada em currículos e propostas autorizadas pelo governo, nesse sentido são discursos autorizados (VILELA, 2013).

Quando analisamos a figura 7, cujo menino do Morro da Mangueira contempla a abertura dos Jogos Olímpicos do Rio, podemos compreender a partir do sujeito em questão o que é estar segregado da cidade. A fotografia é uma representação do processo de segregação, porém não deve ser observada a partir da lógica de uma cidade partida, ou seja, em uma perspectiva dualista cidade-favela, pois como já foi discutido no decorrer dessa dissertação, a segregação é condição e fundamento da urbanização capitalista, da própria construção da cidade. Porém a figura 7 retrata os sujeitos que são invisibilizados na cidade, para os quais os grandes eventos, tais como Copa do Mundo, Olimpíadas e Rock in Rio, que visam a reprodução do Capital não são planejados. É válido ressaltar que muitos desses sujeitos quando participam desses eventos são geralmente como trabalhadores, e não como espectadores/consumidores. Nossa análise dessa imagem não tem como objetivo exaltar a necessidade de uma inclusão dentro de uma cidade que gera excluídos, a qual tem como objetivo principal a reprodução do capital, até porque isso não seria

possível. A questão não é lamentar a exclusão do sujeito que está observando, mas sim compreender que a sua exclusão é parte do próprio espetáculo, e a partir disso poder pensar as possibilidades de transformação da vida cotidiana.

Fig.7 – Menino assiste do Morro da Mangueira a abertura dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro



Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/29/opinion/1472475226_988894.html (acessado em 02/12/2016)

Vamos desenvolver nos próximos parágrafos uma discussão sobre os desafios de uma educação para além do capital, pois nessa dissertação não nos contentamos apenas com uma análise fria do processo de segregação, somos totalmente parciais. Acreditamos que superar os preconceitos introjetados pelos próprios sujeitos segregados é uma importante estratégia para a transformação da vida cotidiana, pois como já destacamos anteriormente o preconceito não é apenas uma categoria do pensamento, mas também do comportamento humano (HELLER, 2016). Para desvelar a *violência sistêmica* da produção do espaço urbano é necessário desnaturalizar os preconceitos cristalizados nos discursos do

cotidiano, ou seja, da violência que infecta a linguagem. Nesse sentido é fundamental fazer um *detour* pela violência subjetiva, para compreendermos a totalidade concreta, seguindo nossa proposta de passar de criminalidade urbana para a violenta urbanização capitalista.

Na presente dissertação analisamos as representações enquanto *pseudoconcreticidade*, conceito já desenvolvido no capítulo anterior, sendo de fundamental importância ressaltar que os sujeitos segregados aqui analisados carregam representações que legitimam a sua eliminação a partir da *violência sistêmica* a partir da ação do Estado, por essa razão denominamos representações que matam. É importante destacar o quanto a *violência subjetiva*, a *violência sistêmica* e a *violência simbólica* se entrelaçam, sendo na presente pesquisa a elucidação da violência sistêmica a própria desconstrução da *pseudoconcreticidade*, que se materializa na naturalização da violência subjetiva, ou simplesmente na forma a qual percebemos as manifestações de violência em nosso cotidiano.

A naturalização da violência simbólica que se dá a partir da linguagem também pode ser analisada enquanto *pseudoconcreticidade*, e a sua introjeção pelos sujeitos segregados serve para a manutenção de um cotidiano de brutalidade e de exceção, para a conformação do *homo sacer* (AGAMBEN, 2014), cuja inclusão social ocorre a partir da sua exclusão, assim como podemos perceber na figura 8. A sutileza da fotografia apresentada abaixo está em captar o semblante sereno da criança por detrás de uma arma da polícia, o que ilustra uma rotina e experiência com um espaço segregado cuja violência é a base do seu processo.

Fig. 8 - Operações policiais na Rocinha



Fonte: https://c1.staticflickr.com/4/3638/3622164583_cb082f04f2.jpg (acessado em 06/01/2018).

3.1. Os desafios de uma educação para além do capital

A vida cotidiana, mistificada por todos os meios e controlada policialmente, é uma espécie de reserva para os bons selvagens que, sem sabê-lo, fazem marchar a sociedade moderna no compasso do rápido crescimento dos poderes técnicos e da expansão forçada de seu mercado. A história - isto é, a transformação do real - não se pode utilizar atualmente na vida cotidiana toda vez que o homem da vida cotidiana é o produto de uma história sobre a qual não tem nenhum controle. Evidentemente, é ele mesmo que faz esta história, mas não livremente – Guy Debor.

Em seu texto *Perspectivas de transformação consciente da vida cotidiana* (1961) Guy Debor destaca que “estudar a vida cotidiana seria uma empresa perfeitamente ridícula e, além disso, condenada desde o princípio a perder de vista seu próprio objeto, se não propuser explicitamente o estudo da vida cotidiana para transformá-la”. Nesse

sentido é de grande importância ressaltar que a educação formal é um instrumento de mistificação da vida cotidiana

Caminhamos rumo ao final do segundo capítulo dessa dissertação com um grande desafio, sendo de fato aquilo que moveu os desdobramentos da pesquisa, ir para além da negação, ou seja, a tarefa de propor, caminhar em direção de um projeto. É de grande relevância destacar que o objeto da pesquisa, o processo de segregação socioespacial, para que de fato possa ser compreendido se faz necessário buscar a desconstrução da *pseudoconcreticidade*, pois desta forma poderá ser elucidado em uma perspectiva da *totalidade concreta*, ambos conceitos apreendidos nesta pesquisa a partir do desenvolvimento esboçado por Kosik (1969).

Após a análise da violenta produção do espaço urbano carioca, a partir do materialismo histórico e dialético, chegamos a parte do trabalho que deve avançar em relação a crítica, ou seja, da negação desse processo de produção do espaço em relação a reprodução da vida. De acordo com Mézáros (2015), a educação formal está diretamente relacionada com a internalização de hierarquias sociais, e sua proposta de uma educação para além do capital não deve ser confundida com a educação formal, sendo uma atividade de contrainternalização. A respeito dessa internalização, o autor afirma que:

(...) seja em relação à “manutenção”, seja em relação a “mudança” de uma dada concepção do mundo, a questão fundamental é a necessidade de modificar, de uma forma duradoura, o modo de internalização historicamente prevalente. Romper a lógica do capital no âmbito da educação é absolutamente inconcebível sem isso. E, mais importante, essa relação pode e deve ser expressa também de uma forma concreta. Pois através de uma mudança radical no modo de internalização agora opressivo, que sustenta a concepção dominante do mundo, o domínio do capital pode e será quebrado (p.52-53).

Nesse sentido, nossos propósitos para a presente pesquisa convergem para uma mudança de concepção de mundo para além do domínio opressivo do capital, no qual a *violência subjetiva* é apenas a parte visível do processo de produção do espaço urbano carioca reproduzindo

as trajetórias de desgraça. É necessário elucidar a *violência sistêmica* da própria urbanização capitalista, questão essa que foi abordada no primeiro capítulo dessa dissertação. Para tanto, é preciso, como já foi destacado na citação acima, uma mudança no modo de internalização, para que assim possa ser rompida a lógica do capital. Estamos de acordo com Mézáros (2015), quando o mesmo ressalta que:

Necessitamos, então, urgentemente, de uma atividade de contrainternalização, coerente e sustentada, que não se esgote na negação – não importando quão necessário isso seja como uma fase nesse empreendimento – e que defina seus objetivos fundamentais, como a criação de uma alternativa abrangente concretamente sustentável ao que já existe (p.56).

Por essa razão acreditamos na construção de um projeto político a partir das discussões trazidas pela presente dissertação, das quais enfatizo o papel teórico importantíssimo dos nossos interlocutores. O autor ainda destaca que não é surpreendente que na concepção marxista a “efetiva transcendência da autoalienação do trabalho” seja caracterizada como uma tarefa inevitavelmente educacional (p.65), por essa razão:

(...) o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. É isso que se quer dizer com a concebida “sociedade de produtores livremente associados” (MÉSZÁROS, 2015, p.65).

Analisar os desafios de uma educação para além do capital na presente pesquisa tem como pressuposto não confundir essa construção com a educação formal, ou uma discussão curricular nos parâmetros de um Base Nacional Curricular, posto que essas são legitimadas pela ação do Estado. Porém acreditamos que a escola, em especial a sala de aula e a relação professor-aluno, pode ser um local de encontro e de formação crítica dos sujeitos segregados, sendo a *educação para além do capital* algo que se expande para fora da sala de aula. A esse processo de contrainternalização das hierarquias sociais podemos atribuir uma

possibilidade de transformação da vida cotidiana, pois é na verdade uma desmistificação daquilo que ideologicamente é reproduzido pela educação formal

Assim como já destacamos em parágrafo anterior, a presente dissertação é parte da construção de um projeto político de transformação da vida cotidiana que venha atender a realidade do espaço urbano carioca. Nesse sentido é importante destacarmos algumas assertivas: o discurso dualista cidade-favela constitui-se uma *pseudoconcreticidade*; a produção do espaço urbano é um processo violento baseado na propriedade privada e no planejamento estatal, tendo a segregação socioespacial como condição e fundamento; para que de tenhamos condição de destruir a *pseudoconcreticidade* é necessário mudar o foco da *violência subjetiva* para a *violência sistêmica*; a elucidação da violência sistêmica é um ponto de partida para a transformação da vida cotidiana.

Concordamos com Mézáros (2015) quando o autor afirma que as determinações estruturais objetivas da normalidade da vida cotidiana são internalizadas, realizando o que ele denomina como uma *educação contínua* das pessoas, ou seja, naturalizando a ordem estabelecida, nesse sentido ele enfatiza que:

As condições reais da vida cotidiana foram plenamente dominadas pelo *ethos* capitalista, sujeitando os indivíduos – como uma questão de determinação estruturalmente assegurada – ao imperativo de ajustar suas aspirações de maneira conforme, ainda que não pudessem fugir à áspera situação da escravidão assalariada. Assim, o “capitalismo avançado” pôde seguramente ordenar seus negócios de modo a limitar o período de educação institucionalizada em uns poucos anos economicamente conveniente da vida dos indivíduos e mesmo fazê-lo de maneira discriminadora/elitista. As determinações estruturais objetivas da “normalidade” da vida cotidiana capitalista realizaram com êxito o restante, a “educação” *contínua* das pessoas no espírito de tomar como dado o *ethos* social dominante, internalizado “consensualmente”, com isso, a proclamada inalterabilidade da *ordem natural* estabelecida (MÉSZAROS, 2015, p.81).

Quando analisamos o que o autor destaca como imperativo de ajustar as aspirações podemos fazer um paralelo sobre a ideologia

dominante que nos impõe nossas escolhas, tal como destaca Zizek (2014, p.455):

A ideologia dominante nos impõe uma escolha forçada: só somos livres para escolher se escolhermos a coisa certa (“democracia ou terror”; quem escolheria o terror?); entretanto, a escolha do ato político radical não é menos forçada; “somos escolhidos para escolher”, somos obrigados a fazer o que fazemos, de modo que a escolha, hoje, é entre duas escolhas forçadas.

Quando fazemos o paralelo entre ajustar aspirações e a imposição de uma escolha a partir da ideologia dominante, podemos destacar o papel da educação enquanto ferramenta ideológica para a internalização de hierarquias sociais e preconceitos. Nesse sentido Mészáros (2015, p.82) afirma que

(...) a educação *contínua* do sistema do capital tem como cerne a asserção de que a própria ordem social estabelecida não precisa de nenhuma mudança significativa. Precisa apenas de uma “regulação mais exata” em suas margens, que se deve alcançar pela metodologia idealizada de “pouco a pouco”.

Podemos compreender pelo que o autor chama de educação contínua do capital como a preocupação constante de perpetuar as condições de hierarquização social e a manutenção da ordem estabelecida, ainda que para isso possam ocorrer mudanças, mas cujo principal objetivo é fazer com que haja uma regulação mais exata da ordem social. Por essa razão as transformações curriculares em curso observadas na educação básica, a partir de uma Base Nacional Comum, fazem parte dessa educação contínua do capital, pois visam anteder aos seus interesses. Quando propomos analisar os desafios de uma educação para além do capital, ainda no início da pesquisa, era difícil acreditar que viveríamos em tão pouco tempo um momento de ultraconservadorismo e ascensão de discursos tão intolerantes da direita brasileira que parecem ter brotado dos abismos da escuridão da ignorância. De fato regredimos, e os desafios para uma educação que seja de contrainternalização torna-se cada vez maior e os horizontes não apontam grandes possibilidades de êxito, mas talvez seja

em um momento de acirramento de posicionamentos que possamos alcançar mudanças significativas e inconciliáveis com a ordem estabelecida, pois é de contraposição e não de conciliação. Mészáros (2015) ressalta a importância de uma educação que não se separe de mudanças históricas, o que o autor denomina de educação socialista, que se trata de um desenvolvimento contínuo da consciência socialista, pois de acordo com o autor:

(...) a moralidade da educação socialista se preocupa com a mudança social de longo alcance racionalmente concebida e recomendada. Seus preceitos se articulam com base na avaliação concreta das tarefas escolhidas e da parte exigida pelos indivíduos em sua determinação consciente de realizá-las. É desse modo que a educação socialista pode definir-se como o desenvolvimento contínuo da consciência socialista que não se separa e interage contiguamente com a transformação histórica geral em andamento em qualquer momento dado (MÉSZÁROS, 2015, p.89).

3.2. Compreendendo a segregação a partir das trajetórias de vida

Para que de fato pudesse ser feito esse mergulho nos espaços dos sujeitos desse processo de segregação socioespacial, que é fundamento e condição para a violenta urbanização capitalista (SAMPAIO, 2015), o autor adotou como procedimento metodológico a coleta de relatos de adolescentes moradores de algumas favelas da zona norte do Rio de Janeiro. Esses sujeitos tiveram importância fundamental para o desdobramento dessa pesquisa, pois as diferentes formas de violência por eles sofridas foi o que sensibilizou o autor em investigar a violenta produção do espaço urbano carioca, assim como buscar possibilidades de transformação da vida cotidiana. É válido ressaltar que “os relatos orais passam a ser valorizados pouco a pouco pelas ciências sociais, na medida em que se percebe que comportamentos, valores, emoções permanecem escondidos nos dados estatísticos” (GONÇALVES e LISBOA, 2007, p.85). A respeito desse procedimento metodológico, estas mesmas autoras destacam que:

O método da história oral utiliza diferentes técnicas de entrevista para dar voz a sujeitos invisíveis e, por meio da singularidade de seus depoimentos, constrói e preserva a memória coletiva. Pesquisadores que trabalham com história oral (*Life-Course-Forschung*) na Europa, e mais especificamente na Alemanha, utilizam as terminologias “biografia” e “trajetória de vida” como procedimentos metodológicos dessa abordagem (GONÇALVES e LISBOA, 2007, p.87).

Dar voz a sujeitos invisibilizados a partir de suas trajetórias de vida é um passo importante para a superação dos preconceitos, e também de contrainternalização de hierarquias sociais. Os relatos que serão expostos na presente dissertação foram todos coletados em uma escola municipal de Irajá, a qual o autor da pesquisa leciona, que recebe alunos oriundos de diversas favelas dos bairros de Madureira, Vaz Lobo, Vicente de Carvalho, Irajá, Rocha Miranda e Colégio. Acreditamos que os relatos orais são uma fonte valiosa para se compreender os espaços dos sujeitos segregados, e uma importante ferramenta para uma análise empírica da pesquisa, e não simplesmente histórias que sirvam para sensibilizar o leitor.

Uma das características que tiveram grande evidencia a partir dos relatos orais dos alunos em relação as favelas cariocas, é a questão desses espaços segregados serem abertos e estarem em constante transformação em virtude do fluxo de pessoas que chegam a eles. Nos dois relatos aqui escolhidos para ilustrar essa questão remetem a esses espaços como aqueles de acolhida, de migrantes oriundos de diversas partes do Brasil, principalmente da região nordeste, e também um número cada vez maior de imigrantes do continente africano. Algumas dessas características ficam explícitas no relato de Antônio, 12 anos de idade, aluno do 6ºano e morador da Serrinha:

O aluno relatou que os pais são naturais da Paraíba, e que o pai, no passado, já foi envolvido com o tráfico. O mesmo aluno, ainda relatou que já presenciou agressões físicas dos seus pais com outros moradores da favela, nas quais certa vez o seu pai durante briga com outro morador, empurrou o indivíduo das escadarias da favela, provocando graves lesões no braço do sujeito. Ainda a respeito das agressões, relatou que a mãe já brigou com outra moradora, em um dia que havia faltado água na favela, pois a mesma se sentiu ofendida, enquanto buscava

água, com o comentário que outra moradora fez a respeito dela. O desfecho da mesma história foi que as duas partiram para o confronto físico, gerando além de arranhões pelo corpo, uma grande confusão envolvendo amigos e familiares, que também se agrediram fisicamente. Para acrescentar aos episódios cotidianos de violência no contexto familiar, Antônio disse que o seu cunhado é envolvido com o tráfico, mas ressaltou que o mesmo não é ruim, pois apenas “endola”. O aluno trouxe uma informação curiosa, a respeito de três estrangeiros que possuem fortes armamentos na favela, porém não ele não soube dizer a nacionalidade dos mesmos, porém acrescentou que eles são “bolados”.

Para além de uma mera validação de que as favelas são espaços abertos, em virtude da diversidade da população que a compõem, o relato de Antônio é permeado por questões as quais são naturalizados na sua vida cotidiana, como os episódios de agressão física, que em sua perspectiva são um meio para a resolução de conflitos, onde o mais forte terá a sua vontade respeitada. A representação dos narcotraficantes dilacera a fronteira entre o legal e o ilegal, até porque a ação legítima do Estado se expressa sob a forma de violência, ou seja, legal e ilegal compõem o cotidiano violento dos sujeitos segregados aqui analisados, não apenas de Antônio. Um outro relato que contribui para reforçar as características destacadas dos espaços segregados, destacadas até o presente momento de desenvolvimento dessa dissertação, é o de Cristiane, 12 anos de idade, aluna do 6º ano, e também moradora da Serrinha:

A aluna trouxe um triste relato de sua trajetória de vida. Enquanto eu conversava com um grupo de alunos na minha mesa com um mapa do Brasil, uma aluna apontou o estado de Alagoas e disse que havia nascido lá. Perguntei a quanto tempo ela morava no Rio de Janeiro, e ela disse que apenas havia nascido lá, pois sua mãe tinha tentado o aborto a partir da ingestão de uma grande quantidade de medicamentos, tendo por essa razão ficado com a sua saúde debilitada e colocado em risco a sua gestação. Após esse episódio a mãe dessa aluna foi enviada por seus familiares para o Alagoas, para ter o cuidado de outros familiares e chegar ao fim da gestação. Pouco tempo depois do parto, e regressado ao Rio de Janeiro, a mãe abandonou a filha, que também não chegou a conhecer o pai. Essa aluna, que inclusive tem um excelente rendimento na escola, é criada pela avó materna e pelo tio. Sobre a relação dela com a Serrinha, a aluna disse que a bisavó do dono do morro é uma pessoa muito boa, que inclusive já a presenteou com uma cesta de chocolate, assim como o filho do dono, que segundo ela é muito legal.

As redes que se estabelecem nesses espaços segregados expressam a sua complexidade, e o olhar desses sujeitos sob o seu cotidiano é de grande valia para propormos mudanças da vida cotidiana. A mesma aluna cujo relato foi exposto acima trouxe ainda outra contribuição para a nossa compreensão desses espaços:

Após uma palestra sobre o fim do sinal analógico de televisão, Cristiane disse que ficou surpresa por ainda existirem pessoas que não tinham sinal digital, pois, de acordo com ela, na Serrinha todos tem sinal digital. Inclusive fez uma brincadeira dizendo o seguinte: o meu tio disse que todo mundo lá tem Sinal-gato, mas eu prefiro chamar de Sinal-próprio.

É importante destacar que ao analisar o processo de segregação a partir de um mergulho nesses espaços, devemos tomar alguns cuidados para não acabar reproduzindo os preconceitos os quais queremos combater com as discussões trazidas na presente dissertação. Quando discutimos os desafios de uma *educação para além do capital*, acreditamos que a contrainternalização das hierarquias sociais supõe que os sujeitos não são apenas seres passivos. Ainda que sem o controle da história que constroem no seu cotidiano, ou parafraseando Debor, “ele mesmo (o sujeito) faz essa história, mas não livremente”, tem um papel ativo. Para que de fato se possa construir novas possibilidades e transformar a vida cotidiana é necessário dar voz a esses sujeitos invisibilizados, e não partir de um falso princípio de que seremos nós aqueles que tomaremos decisão e partido por eles. Nossa contribuição consiste na superação da alienação da vida cotidiana na qual uma educação para além do capital torna-se um desafio, assim como já destacamos anteriormente.

Quando insistimos em dar voz a sujeitos invisibilizados significa buscar compreender os espaços segregados também a partir de suas trajetórias de vida e seu olhar. É válido ressaltar que nesses espaços existem sujeitos que desempenham um importante papel de questionamento e conscientização da população a partir de sua crítica através da música, poesia e grafite, como nos encontros promovidos nas

rodas culturais. O relato de Luís, 16 anos de idade, aluno do 9º ano, morador da Serrinha é de grande valia para destacar o papel desses sujeitos críticos ao seu cotidiano, mesmo com trajetórias por vezes conturbadas:

O meu contato com o aluno Luís se deu principalmente por uma afinidade musical em relação ao rap nacional, pois o mesmo gosta de escrever letras com rimas e também participa de rodas culturais, no circuito da zona norte, principalmente em Madureira, e nos bairros próximos. De acordo com o aluno, nessas rodas culturais ocorrem batalhas entre rappers e leitura de poesias marginais, sendo o evento voltado para uma contestação social. Luís me mostrou um vídeo publicado em um canal do *You Tube* chamado *Lado Norte* no qual ela apresenta uma poesia crítica a violência do Estado e ao racismo, demonstrando ser muito talentoso. Porém, o aluno é faltoso e tem problemas familiares. No dia que pai do mesmo foi convocado a aparecer na escola, para ser discutido a sua frequência, o aluno não estava presente e o pai não fazia ideia de onde o mesmo poderia estar. De acordo com o pai, que não mora com Luís, pois é separado, o aluno frequentemente “desaparece” e não dá notícias, e inclusive o mesmo já foi parar no conselho tutelar após ficar um tempo desaparecido. O pai de Luís destacou que não pode afirmar que o filho não usa drogas.

Em relação a trajetórias conturbadas podemos destacar o relato dos alunos Jorge e Victor Hugo, colegas de turma do 6ºano, ambos com 12 anos de idade, pois servem de documento vivo do que acontece não apenas na Serrinha, local de moradia dos alunos, mas em diversas favelas da cidade do Rio de Janeiro. No caso de Jorge a representação dos narcotraficantes para os meninos de sua idade ganha a projeção de um assistencialismo e projeto social, fazendo essa análise aqui sempre com muito cuidado para não reproduzir estereótipos. O que está em questão não é uma associação preconceituosa do tipo “todos os meninos moradores de favela se sentem atraído pela ostentação de poder do tráfico de drogas”, ou algo como “idolatria pelas armas”, como declarou o ex-secretário de segurança do Estado do Rio de Janeiro José Mariano Beltrami⁴. O trecho destacado do relato dado por Jorge que apresentaremos na presente pesquisa ocorreu a partir de uma conversa

⁴ Jornal *O Dia* 26/01/2015.

informal com o aluno, na qual ele enfatizou o quanto gostava das aulas de Jiu-Jitsu:

O aluno relatou que gosta muito de artes marciais, e que pratica Jiu-Jitsu em uma espécie de “projeto social” mantido pelo tráfico, que custeia o local, as aulas e todo o material que os alunos necessitam. Ele demonstrou ser agradecido e estar satisfeito com a ação do tráfico que pode dar a ele, a tantos outros meninos, a oportunidade de praticar um esporte que, provavelmente, por conta própria não teriam condições de praticar.

O relato de Victor Hugo, vai de encontro com algo que vem acontecendo de maneira cada vez mais intensa na cidade do Rio de Janeiro, o roubo de cargas. A partir do cotidiano desse aluno podemos compreender um pouco como funciona as redes de relações que são estabelecidas a partir do varejo dessas mercadorias roubadas:

Esse aluno por diversas vezes relatava sobre as mercadorias roubadas que chegavam na Serrinha, principalmente os produtos alimentícios, porém dizia que sua mãe nunca permitiu que ele pegasse nada. Ele teve essa conversa comigo quando certa feita o chão da sala estava todo sujo com pacotes de um determinado tipo de biscoito, quando então relatou: “Ih professor, esse biscoito lá onde eu moro é lixo”; disse isso no sentido de que havia grande quantidade do produto circulando na favela, a ponto de chegar a estragar. Tempos depois, haviam diversos alunos comendo um pirulito de cor amarelada com sabor de energético, os quais também haviam sido fruto de roubo, e inclusive já haviam sido incorporados a um pequeno mercado de transações comerciais, pois a mãe de um dos alunos da sala tinha comprado uma grande quantidade do produto roubado para a venda.

Um outro relato que parece se entrelaçar com o de Victor Hugo é o de Ana Beatriz, 13 anos, aluna do 7º ano, moradora do Morro do Sapê. Nesse caso o que fica em evidência é o desfecho que a interceptação de mercadorias roubadas pode ter, gerando uma série de questões que podem ser discutidas. Para tanto segue o relato de Ana Beatriz

A conversa que tive com a aluna Ana Beatriz teve como contexto um dos dias de trabalho mais difíceis do ano de 2017, em razão

dos episódios de violência em Vaz Lobo e da revolta da população do morro do Sapê, localizado no mesmo bairro que culminou no incêndio de um ônibus do BRT – Transcarioca. Tudo começou na parte da manhã, enquanto estava na escola, com uma operação da polícia que estava a procura de um caminhão roubado no Morro do Sapê, o que resultou na morte de um morador. Ana Beatriz que compareceu ao turno da tarde, em dia que a frequência escolar foi muito baixa, em virtude da interdição da Avenida Ministro Edgar Romero na qual o ônibus foi incendiado, era parente do rapaz assassinado e relatou que o mesmo não era envolvido com o tráfico, que trabalhava, porém costumava comprar mercadoria roubada para revenda. A aluna estava transtornada e dizia que os moradores do morro iriam incendiar também a estação do BRT de Vaz Lobo, que os polícias eram uns covardes...

A partir da fala de Ana Beatriz podemos analisar algumas questões relacionadas aos estereótipos e preconceitos associadas aos sujeitos desses espaços segregados. Um primeiro ponto a ser destacado é que podemos perceber nesse relato o exemplo do *homo sacer*, o sujeito incluído e reconhecido na sociedade a partir da sua exclusão, cuja característica destacada é de um ser *matável*. Nesse sentido a lógica do soberano, ou seja, do Estado, está assentada na legitimação social da exclusão e aniquilação do *homo sacer*. A introjeção dessa lógica do soberano pode ser facilmente identificada no discurso reproduzido, muitas vezes inclusive pelos próprios sujeitos excluídos, de eliminação do ser. Quando enfatizamos essa questão do *Homo sacer* nos referimos a violência sistêmica que produz um verdadeiro genocídio dos pobres na cidade do Rio de Janeiro.

Um segundo aspecto a ser destacado é a violência simbólica com a qual esses sujeitos em um momento de *explosão de violência subjetiva*, como o ato de queimar um ônibus do BRT, é diretamente associada com uma população que é vista como vivendo num estágio constante de barbárie, carregando ainda os estereótipos daquelas representações do início do século XX sobre as populações das favelas, como destaca Abreu (2014). A questão aqui não se trata de julgar o ato de um determinado grupo em queimar um ônibus, porém está na posição subjetiva da enunciação de quando nos referimos a esse grupo. Esse é um importante ponto destacado na obra de Žižek (2016), quando o autor se refere a mudança na posição

subjetiva da enunciação, que é algo que vai para além da veracidade de um fato, mas de mentirmos mesmo quando falamos a verdade.

Em relação a essa importante mudança a respeito da posição subjetiva de enunciação, que está carregada de preconceitos, os quais podemos considerar aqui como aquilo que infecta a linguagem de violência, podemos destacar o relato sobre André, 15 anos, aluno do 7º ano. É de grande importância destacar que um forte preconceito que deve ser superado em relação aos espaços segregados, tal como as favelas cariocas, é a imposição de um discurso de determinismo ambiental que faz parte da estigmatização que esses espaços sofreram desde a sua constituição, quando passam da invisibilidade, a qual estavam sujeitos em um primeiro momento, para a uma representação repleta de violência simbólica em razão dos estereótipos impostos a eles.

A trajetória de vida de André está diretamente associada com a violência sistêmica da produção do espaço urbano carioca, na qual a segregação socioespacial é um fundamento, deixando como uma de suas consequências as *trajetórias de desgraça*. O que estou denominando na presente pesquisa como *trajetórias de desgraça* é algo que deve ser compreendido a partir da violência sistêmica, aquela que Zizek (2016) chama de invisível, pois a mesma serve como um pano de fundo de um *grau zero de violência*, ou seja, uma violência não questionada. Segue abaixo um pouco da trajetória de vida de André para nossa análise:

O caso do aluno André é um exemplo das trajetórias de desgraça, e não foi um relato do mesmo, mas sim um relato coletivo dos seus colegas de classe mais próximos. Tive meu primeiro contato com esse aluno, e com sua trajetória de vida, em 2016, quando em uma reunião de pais pude conversar com seu tio, que na ocasião era o seu responsável. O tio de André disse que tanto o pai, quanto a mãe do rapaz, estavam presos por tráfico de drogas, e que ele buscava sempre aconselhar o sobrinho para que pudesse trilhar outro caminho na vida. Passado aquele ano o aluno André foi reprovado, pois de fato a escola e tudo o que era ensinado ali parecia não fazer nenhum sentido para ele, o que eu conseguia perceber no seu olhar triste. Depois descobri através de outros alunos que ele já tinha um irmão envolvido com o tráfico. Ao final do ano de 2017, André parou de frequentar a escola, e recebi a triste notícia de que o mesmo havia ingressado no tráfico de drogas, e para concluir esse triste relato, os alunos disseram que ele entrou para uma

fação diferente do irmão, impossibilitando que os mesmos possam se encontrar, pois caso isso ocorra um deverá matar o outro.

É de grande importância destacar que a análise das trajetórias de vida proposta no presente capítulo, cujo intuito é fornecer uma melhor compreensão dos espaços segregado, deve ser empregada com o devido cuidado para evitarmos cair na armadilha de um determinismo ambiental. Porém, quando analisamos a trajetória de vida de um sujeito ela não pode ser desagregada do seu contexto socioespacial, caso contrário cometemos um grave erro de pensar num sujeito que goza plenamente da sua liberdade, em uma sociedade onde nossas escolhas são sempre *metaescolhas* (ZIZEK, 2014). Nesse sentido não pretendemos aqui justificar, e tampouco, julgar a escolha de André, mas compreender que ela se insere no contexto de uma *violência sistêmica* não questionada, que gera sujeitos segregados, mas que apenas os seus resultados mais visíveis, ou seja, a violência subjetiva, são criminalizados e punidos. A respeito dessa *violência sistêmica* podemos lançar mão de mais duas trajetórias de vida, pois acreditamos que a partir das mesmas é possível elucidar a questão da racionalidade violenta a qual muitos adolescentes e jovens são expostos nos seus cotidianos, implicando nas metaescolhas. O primeiro que nos destacamos aqui é a trajetória de vida de Daniel, morador da Serrinha, 16 anos, aluno do 9ºano, um cotidiano sórdido e violento:

A trajetória do aluno Daniel não foi um relato feito pelo próprio aluno, mas sim um depoimento coletivo de colegas próximos, e até mesmo de professores, que conheciam um pouco da história de vida do mesmo. No decorrer do ano não ouvi nenhuma vez a voz de Daniel que tinha problemas de socialização. Tive a oportunidade de dar aula para o seu irmão mais novo e seu primo, por isso essa trajetória me sensibilizou. Daniel tem o pai dependente químico, e o seu cotidiano foi sendo desenhado a partir dos tipos mais variados de violência, seja pela segregação do seu espaço de vivência, quanto da violência física. O pai tinha o hábito de chegar em casa entorpecido e agredir a todos (esposa e filhos), apagava as luzes do barraco e violentava a esposa na frente dos filhos. O irmão mais velho de Daniel, que não foi meu aluno tinha desespero do escuro.

O caso de Daniel não deve ser entendido como uma característica singular de espaços segregados, porém o relato contribui para a nossa discussão a respeito do grau zero de violência, ou violência invisível, discussão teórica desenvolvida por Zizek (2016). Podemos afirmar que a violência a qual Daniel é exposto participa da construção do seu cotidiano, e apesar de gerar espanto nas pessoas que se deparam com essa violência, o que vai ser questionado no espaço escolar, apenas para citar um exemplo de um espaço de conformação da ordem dominante, é como vai se manifestar e tornar-se visível os atos que podem levar as explosões de *violência subjetiva*.

O segundo caso a ser apresentado com intuito de elucidar a violenta racionalidade, a qual grande parte desses sujeitos segregados são expostos, é o de Giovanna, 13 anos, aluna do 8ºano, moradora do Sapê. O relato da aluna não traz nenhuma novidade para o que já acontece a bastante tempo no espaço urbano carioca, em muitas favelas para ser mais específico, que é o julgamento dos narcotraficantes, que pode levar a pena de morte, o que demonstra a complexidade de relações que se estabelecem nesses espaços segregados. O contato que o autor da pesquisa teve com Giovanna foi a partir de uma conversa informal, segue o relato da aluna:

A aluna relatou que na noite anterior um grupo de bandidos assassinou brutalmente um homem, que foi amarrado e umedecido com gasolina, e logo após atearam fogo no seu corpo. Ao ser questionada por mim a razão de assistir tal atrocidade, a menina me respondeu que o fato ocorreu na frente de sua casa, bastando olhar da janela. A aluna acrescentou que após queimarem o indivíduo, retiraram o seu corpo do local e o levaram para uma localidade mais remota do morro.

Todos os relatos das trajetórias de vida selecionados para essa pesquisa mantiveram o sigilo dos alunos, e foram incluídos na dissertação a medida que pudessem contribuir para a compreensão dos espaços segregados, por essa razão o capítulo é intitulado *UM mergulho no espaço dos sujeitos secretos*. Essa terceira parte da dissertação não deve ser lida, ou mesmo compreendida de maneira fragmentada do restante da dissertação, pois é na verdade um desdobramento da segunda parte, na

qual tivemos a maior preocupação em desenvolver o embasamento teórico do violento processo de produção do espaço urbano carioca.

O desenvolvimento do presente capítulo, cujo título já revela um pouco da sua proposta, pretendeu ser uma análise do processo de segregação socioespacial a partir dos sujeitos que traçam nos espaços segregados as suas trajetórias de vida, e também teve como objetivo refletir sobre as possibilidades de transformação da vida cotidiana a partir da proposta de Mészáros (2015) de uma educação para além do capital. A escolha do procedimento metodológico do relato oral ocorreu no decorrer da pesquisa para atender uma demanda do autor, cuja preocupação não estava apenas em compreender a violenta produção do espaço urbano carioca, cuja segregação é fundamento e condição, mas também de avançar para além da negação desse processo, e buscar caminhos possíveis para a sua superação. Em relação a escolha do procedimento metodológico trajetórias de vida, podemos afirmar que:

A construção deste modelo de análise se projeta como uma proposta investigativa que implica um processo de compreensão dos fatos, das relações sociais e pretende, à luz das trajetórias dos sujeitos, mobilizá-los em direção à participação social, empoderamento e conquista dos direitos de cidadania (GONÇALVES & LISBOA, 2007, p.91).

Assim como já destacamos anteriormente, a presente pesquisa, para além de seu comprometimento com o rigor acadêmico, possui um papel político, pois acreditamos em uma proposta de educação para além do capital, que de fato possa ser emancipadora a partir do momento que serve para contrainternalizar hierarquias sociais, ou seja, esteja voltada para subverter a ordem dominante. Por essa razão quando falamos em educação, não estamos nos referindo simplesmente à educação formal, legitimada pelo Estado, pois as mudanças precisam ser essenciais e não meramente formais, como destaca Mészáros (2015), para que realmente possamos vislumbrar transformações na produção do espaço urbano, para que ela não seja baseada na lógica de reprodução do capital. Por essa razão concordamos com Zizek (2014), quando esse autor afirma que:

É melhor não fazer nada do que participar de atos localizados cuja principal função é fazer o sistema funcionar mais azeitado (atos como dar espaço à miríade de novas subjetividades etc.). Hoje, a ameaça não é a passividade, mas a pseudoatividade, a ânsia de “ser ativo”, de “participar”, de mascarar a Nulidade do que acontece. Todos intervêm o tempo todo, “fazem alguma coisa”, os acadêmicos participam de “debates” sem sentido e assim por diante, mas a verdadeira dificuldade é dar um passo para trás, é se afastar disso tudo. Os que estão no poder muitas vezes preferem até a participação “crítica”, o diálogo, ao silêncio – só para nos envolver num “diálogo”, para garantir o rompimento da nossa agourenta passividade (ZIZEK, 2014, p.437).

3.3. *Se for pra não causar eu nem vou: caminhos para construção de uma proposta*

Chegamos ao final do segundo capítulo, e tomo aqui de empréstimo a letra da música de Thiago Brava que diz que “*Se não for pra causar eu nem vou*”. Utilizamos aqui essa expressão pois no decorrer da presente dissertação por diversas vezes afirmamos que um dos seus principais objetivos estava na construção de uma proposta inspirada no projeto de uma educação para além do capital de Mészáros (2015), e não poderíamos encerrar a pesquisa sem propor nada. Neste segundo capítulo que tivemos como objetivo dar um mergulho no espaço dos sujeitos segregados, e discutimos a respeito dos desafios de uma educação para além do capital não tínhamos como objetivo apenas constatar o que é uma educação baseada na reprodução do capital e a ela fazermos uma crítica. Desta forma vamos desenvolver nossa proposta baseada em uma educação voltada para a subversão da ordem, ou nos termos de Mészáros (2015) uma *educação socialista*.

No decorrer do século XX tivemos intensos debates sobre educação no Brasil, o que contribuiu para a formação e construção do pensamento pedagógico brasileiro. Podemos aqui citar importantes teóricos como Dermeval Saviani, Carlos Rodrigues Brandão, Darcy Ribeiro e Paulo Freire, que tiveram grande importância com a sua militância e construção de propostas visando uma educação que pudesse ser de fato desalienadora, e não mera reprodutora das relações de exploração do capitalismo. Cada um dos autores citados anteriormente deixou sua contribuição dentro do

contexto histórico no qual estavam inseridos. Por esta razão acreditamos que a construção e o delineamento de novos caminhos devem ser construídos acompanhando transformações socioespaciais. Nos próximos parágrafos faremos alguns apontamentos para um ensino de Geografia que permita ir além do Currículo Oficial.

Primeiro ponto de nossa proposta: Apesar de ter como base a premissa da existência de um currículo oficial que possa garantir o ensino de Geografia, e reconhecer as lutas internas para a afirmação da importância da Geografia escolar cada vez mais minada com as propostas de reforma na Educação Brasileira, não pretendemos aqui construir uma proposta a ser reconhecida pelo Estado capitalista.

Segundo ponto: Se refere ao público alvo dessa intervenção. Sabemos que apesar de não se constituir como uma proposta oficial, em determinados espaços, como as instituições privadas de ensino, o controle sobre o que é ensinado não permite, na maioria das vezes, brechas para ir além do currículo imposto pelo sistema de ensino. E não apenas por essa razão, mas também ancorados na *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire, nosso público são as classes populares.

Terceiro ponto: Escuta dos sujeitos dos espaços segregados. Desconstruir as salas de aula como lugar do monólogo do professor e dar visibilidade as trajetórias de vida dos sujeitos, para que os mesmos a partir de suas trajetórias possam compreender o seu cotidiano. Esse ponto se trata na verdade de romper com a *violência simbólica* que é imputada a esses sujeitos a partir da linguagem.

Quarto ponto: Linguagens sem violência para compreender a violenta produção do espaço. Durante este processo de interação com os sujeitos da pesquisa é preciso romper com a violência da linguagem do currículo oficial, que colabora, na maioria das vezes para a manutenção dos preconceitos e de uma concepção dualista de cidade. Para tanto acreditamos que o professor de Geografia deve apresentar as contradições do espaço como algo inerente ao seu processo de produção e reprodução baseado na lógica do Capital. Apenas apresentar as paisagens de espaços desiguais, tomando-os como um já dado, e buscar discutir soluções que não sejam mudanças estruturais, ou como afirma Mészáros (2015)

“mudanças essenciais”, como algumas propostas hoje elaboradas a partir de um olhar voltado para a cidadania, reproduzem uma lógica reformista. Durante o processo de escrita desta dissertação, o ponto apresentado foi alvo de bastante atenção do autor da pesquisa pois é um grande desafio. A partir de algumas ferramentas pedagógicas como a música, a poesia e o grafite, podemos desenvolver a partir de algo que retrate o cotidiano dos sujeitos um encontro que permita desvelar a violenta produção do espaço urbano, sendo esse esforço teórico, tal como buscamos desenvolver no primeiro capítulo, não sendo descolado das práticas espaciais. Nesse sentido chegamos a *práxis*.

Quinto e último ponto: Para além da sala de aula à *práxis*. No último apontamento sobre a nossa proposta destacamos que os desafios de *uma educação para além do capital* se projetam para fora da sala de aula. Nesse sentido valorizamos a sala de aula como o lugar do encontro com os sujeitos da pesquisa, podendo o professor de Geografia fazer desse encontro algo como uma *brecha* deixada pelo sistema, mas enfatizamos que não se pode ficar limitado a esse lugar. Entender que a educação por si só não é emancipadora, mas quando acompanha mudanças rumo a transformações essenciais é uma ferramenta importantíssima de *desalienação* e pode proporcionar caminhos em direção a essas mudanças. Acreditamos que o árduo trabalho com os sujeitos da pesquisa, no sentido de compreender a violência sistêmica, é fundamental para a articulação dos mesmos dentro dos seus cotidianos, e na formação de *espaços de representação*. Seja nas rodas culturais, associação de moradores, ou em um dos mais variados coletivos que tem surgido, a participação destes sujeitos deve ser incentivada e valorizada, posto que assim os mesmos podem se perceber enquanto sujeitos que desempenham um papel ativo nas discussões sobre o violento espaço urbano carioca. É importante destacar que para além das demandas emergenciais destes sujeitos, de direitos reconhecidos pelo Estado, que são fundamentais para as suas sobrevivências, o objetivo maior deve ser a luta pelo *direito a cidade*, mas não a essa cidade que temos baseada na propriedade privada e na violenta ação do Estado, com o planejamento

urbano e com a militarização para garantir a reprodução do capital, mas sim o direito a uma outra cidade.

Considerações finais

“(...) para dar sentido a sua existência, os homens sonham com o que se passa além do horizonte visível e constroem outros mundos...” (Paul Claval).

A partir do desenvolvimento da presente dissertação podemos concluir que a produção do espaço urbano carioca tem como fundamento a violência do processo de segregação socioespacial, do qual as favelas são a materialização. Assim como foi enfatizado no decorrer da pesquisa, a urbanização capitalista tem como fundamento e condição a segregação (SAMPAIO, 2015), nesse sentido qualquer interpretação que esteja fundamentada numa lógica dualista cidade-favela, pode ser entendida como *pseudoconcreticidade*. Quando afirmamos que a produção do espaço urbano carioca é violenta partimos do princípio de que conforme o solo urbano se torna uma mercadoria a exclusão se instaura para aqueles que não podem pagar por ela. Portanto a proliferação de uma massa de segregados não pode ser entendida como um problema a ser solucionada dentro desse processo de produção do espaço assentado na reprodução do capital, mas sim como inerente a ele.

No decorrer dos desdobramentos da pesquisa percebemos que um procedimento fundamental para a compreensão do processo de segregação, que tem nas favelas uma de suas manifestações, era compreender que a produção do espaço urbano carioca é um processo baseado na violência sistêmica da reprodução do capital. De acordo com Zizek (2016), essa violência sistêmica, de fato a violência objetiva, não é questionada, pois nos atentamos apenas para a violência subjetiva, ou seja, para a violência percebida, aquela que podemos facilmente identificar os responsáveis, como um grupo de assaltantes fazendo uma blitz falsa no Rio de Janeiro, ou um menor infrator roubando o celular de uma senhora no centro de qualquer grande metrópole. O autor ainda acrescenta uma

outra dimensão da violência que é a simbólica, inscrita a partir da linguagem, mas que se torna objetiva a partir da propagação dos preconceitos, que de acordo com Heller (2016) não é apenas categoria do pensamento, mas também do comportamento humano. Quando nos referimos a violência sistêmica produtora do espaço urbano carioca, recorreremos a Sampaio (2015) quando a autora afirma que para compreendermos a violência da urbanização capitalista é preciso fazer uma inversão, passar da criminalidade urbana para a violenta urbanização capitalista, baseada na violenta ação estatal do planejamento urbano, e na propriedade privada. Uma tentativa de fazer essa inversão proposta por Sampaio (2015) foi feita por nós, cujo objetivo foi desenvolver uma análise do violento processo de produção urbano carioca, que em razão das *explosões de violência subjetiva* fazem com que as questões que despertam a preocupação da população no debate sobre a cidade seja a questão da criminalidade, haja vista a intervenção federal no Rio de Janeiro que foi organizada pelo Governo Federal no momento que o autor da presente pesquisa está em vias de conclusão dessa dissertação.

Assim como afirmamos por diversas vezes nessa dissertação, para além da análise crítica temos como objetivo ir além da negação e caminhar rumo a construção de propostas voltadas para a transformação do cotidiano, nesse sentido as partes que compõem esta pesquisa não devem ser vistas de forma dissociada. No segundo capítulo denominado *um mergulho no espaço dos sujeitos segregados* tomamos como procedimento metodológico analisar os relatos orais na modalidade trajetórias de vida, para que de fato pudéssemos compreender o processo de segregação também a partir dos sujeitos que a vivenciam nos seus cotidianos. É importante destacar que os sujeitos cujos relatos foram expostos são alunos da rede pública municipal, com quem o autor da pesquisa tem convívio diário. A proposta de mudança vem a partir de uma discussão dos desafios de uma educação para além do capital, baseada em Mézáros (2015). Vislumbrar mudanças, para isso a presente dissertação se volta em todo o tempo, por essa razão acreditamos no seu caráter político, e assim como afirma Mézáros (2015) as mudanças precisam ser essenciais e não simplesmente formais, por isso também concordamos com Zizek (2014)

quando esse autor enfatiza que é melhor não fazer nada do que contribuir para que o sistema possa funcionar mais azeitado.

Acreditamos que um primeiro passo importante para a transformação da vida cotidiana e fazer com que os sujeitos compreendam as condições de alienação a qual estão inseridos, mas para que de fato os mesmos possam avançar para além da compreensão é importante que os mesmos deixem de ser silenciados e descubram que podem ter o potencial de lutar contra as hierarquizações que lhe são impostas. Assim como destacamos alguns parágrafos antes, elucidar a violência sistêmica é uma forma de desconstrução da *pseudoconcreticidade*, e a partir desse momento novos caminhos podem ser trilhados, como afirma Mészáros (2015) a respeito da educação socialista, que é uma conscientização que acompanha mudanças históricas. Por mais que as condições atuais sejam as mais adversas possíveis, é preciso ir para além da violência subjetiva, a partir da qual são criadas demandas por ordem que nada mais fazem do que garantir a manutenção das relações espaciais assimétricas e hierarquizadas a qual estamos sujeitos, em uma produção do espaço pautada na reprodução do capital.

Nos apropriamos aqui de Alves (2015), quando o autor descreve as tensões a respeito da produção da cidade, ao afirmar que

Nessa tensão podemos observar que, de um lado, o Estado e o capital excepciona, desapossa, explora e ordena o espaço (Agamben, 2004; Harvey, 2006; Klein, 2008), enquanto por outro, a multidão ocupa e produz o comum, o urbano e a cidade (Hardt; Negri, 2000; 2005; 2009; Lefebvre, 2001). Essa síntese ilumina-nos a pensar que o direito à cidade pode ser um processo de apropriação direta dos tempos e espaços da cidade e da própria vida para constituição do comum, isto é, uma relação social que não se regula pelo direito de propriedade pública nem pelo direito de propriedade privada – regimes esses fundados na alienação e na exploração (ALVES, 2015, p.259).

O autor discorre sobre o *direito à cidade* ao alegar que a apropriação do espaço da cidade não deve estar pautada nas relações de propriedade, pois as mesmas estão fundadas na alienação e na exploração, nesse sentido é importante enfatizar que a nossa pauta política não está baseada em um direito à cidade em termos jurídicos, no qual o principal objetivo é o

acesso a propriedade privada pelos sujeitos, mas na transformação dessa relação. Por essa razão quando na proposta da presente dissertação escolhemos analisar os desafios de uma educação para além do capital, entendemos que o ensino de Geografia, e o professor, para ser ainda mais específico, pode desempenhar um importante papel como instrumento de desconstrução da *pseudoconcreticidade* que envolve o estudo do espaço urbano. Porém é importante ressaltar que esse papel a ser desempenhado pelo professor de Geografia, baseado na proposta de Mészáros (2015), não se constitui como uma alternativa legitimada e reconhecida pelo Estado, mas sim como campo de atuação que flerta cada vez mais com a clandestinidade, principalmente em razão da onda conservadora que tem emergido no Brasil e vem devastando como um tsunami qualquer tentativa de desconstrução das relações de poder cristalizadas no espaço.

Para finalizar, gostaríamos de apontar algumas limitações da presente dissertação e algumas questões que apontam para desdobramentos futuros. Assim como quando começamos a escrever um trabalho científico não sabemos exatamente os rumos que a pesquisa pode nos levar, chegar as considerações finais em virtude do tempo pré-estabelecido para o término da dissertação nos pareceu deixar mais inquietações e apontamentos do que conclusões consolidadas. Chego a concluir que no decorrer da vida acadêmica cada etapa representa tempos de amadurecimento intelectual, posto que nossas trajetórias se deparam com limitações, e em cada uma delas é um momento de aprendizado, de agregar novos referenciais, de mudanças. O mestrado representou um tempo de enfrentamento de dificuldades e de crescimento intelectual, tanto nas disciplinas cursadas, quanto no grupo de pesquisa e no árduo processo de escrita da presente dissertação. Em relação a base teórica e metodológica da pesquisa carecemos de desenvolver um pouco mais os autores, porém essa limitação se deu em virtude das leituras que foram sendo agregadas de forma mais recente na trajetória acadêmica do autor e também em razão do tempo de amadurecimento e construção da dissertação. Temos como objetivo desenvolver e aprofundar as bases teóricas deste trabalho em um projeto futuro de doutorado. Outra limitação importante de expor nesta dissertação é a respeito da construção de uma

proposta voltada para um projeto de uma educação para além do capital, que ainda está num processo embrionário e deve ser desenvolvida na prática pedagógica do autor. No final do segundo capítulo tivemos a preocupação de maneira mais objetiva fazer uma proposta a partir do que entendemos de uma *educação para além do capital*, que está associada a um desenvolvimento contínuo da consciência socialista, caminhando junto com as transformações históricas (MÉSZÁROS, 2015, p.89). Pretendemos futuramente, a partir desta dissertação e também da prática pedagógica, construir uma proposta mais consolidada e que possa caminhar junto as transformações, não se limitando a negação

Referências bibliográficas

ABREU, Mauricio de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013.

_____. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas no Rio de Janeiro. In: FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério. **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

_____. Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. In: FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério. **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

ALVAREZ, Isabel Pinto. Produção do espaço em tempos de crise. In: CARLOS, Ana Fani A.; ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros de. **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016.

ALVES, Rafael de Oliveira. In: COSTA, Magela Geraldo; COSTA, Heloisa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C-Arte, 2015.

ARAGÃO, Luciano Ximenes. **Um prato bonito com as beiradas quebradas – a produção do espaço na Rocinha (RJ)**. São Paulo, 2011. 135p. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BARBOSA, Jorge Luiz. Da habitação como direito ao Direito à Morada: um debate propositivo sobre a regularização fundiária das favelas da cidade do Rio de Janeiro. In: BARBOSA, Jorge Luiz; LIMONAD, Ester. **Ordenamento territorial e ambiental**. Niterói: Editora da UFF, 2012.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na Cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

CAMPOS, Andrelino. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

_____ ; SILVA, Catia Antônia da. **Metrópoles e invisibilidades: da política às lutas de sentidos da apropriação urbana.** Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

CARLOS, Ana Fani A. **A condição espacial.** São Paulo: Contexto, 2015.

_____. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A cidade contemporânea: segregação espacial.** São Paulo: Contexto, 2016.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. **Cotidiano, conhecimento e crítica.** São Paulo: Cortez, 2012.

CAVALLIERI, Fernanda; VIAL, Adriana. Favelas na Cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010. **Coleção Estudos Cariocas**, IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, nº20120501, maio de 2012.

CONDURU, Roberto. Ronda favela, roda. In: DINIZ, Clarissa; CARDOSO, Rafael. **Do Valongo a Favela: imaginário e periferia.** Rio de Janeiro: Instituto Odeon, 2015.

FERREIRA, Álvaro. Metropolização do espaço, cotidiano e ação: uma contribuição teórico-metodológica. In: _____; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. **Desafios da metropolização do espaço.** Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. As novas e velhas faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: _____; CIAVATTA, Maria (org). **Teoria e Educação no labirinto do capital.** São Paulo: Expressão Popular, 2014.

GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Rev. Katál.** Florianópolis v. 10 n. esp. p. 83-92 2007.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2016.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História.** São Paulo: Paz e terra, 2016.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969.

LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones.** Ciudad de México: Fondo de cultura economica, 1981.

_____. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro editora, 2016.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2016.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico.** São Paulo: Contexto, 2010.

SAMPAIO, Renata Alves. A violência do processo de urbanização. In: CARLOS, Ana Fani A. **Crise Urbana.** São Paulo: Contexto: 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução as teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica editora, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos. In: CARLOS, Ana Fani A; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2016.

SOUZA & SILVA, Jailson de. Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos estereótipos. In: SANTOS, Milton; BECKER, Berta K. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

VILELA, Carolina Lima. **Currículo de geografia: analisando o conhecimento escolar como discurso.** Rio de Janeiro, 2013. 209p. Tese de Doutorado - Faculdade de Educação, UFRJ.

ZIZEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais.** São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **A visão em Paralaxe.** São Paulo: Boitempo, 2014.